

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## O TEMPO ECONÓMICO NO TEMPO DE GIL VICENTE.

OLIVEIRA, Aurélio de

Ano: 2002 | Número: 112

---

### Como citar este documento:

OLIVEIRA, Aurélio de, O tempo económico no tempo de Gil Vicente. *Revista de Guimarães*, 112 Jan.-Dez. 2002, p. 229-304.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)

URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## O TEMPO ECONÓMICO NO TEMPO DE GIL VICENTE

---

Aurélio de Oliveira\*

Gil Vicente é dos autores que mais têm sido abordados, no âmbito da história literária nacional. Por motivos vários, mas, acima de tudo, creio, pela sua permanente contemporaneidade.

O tema solicitado, ainda que aqui necessariamente traçado em linhas gerais e em jeito de síntese, terá a vantagem de ajudar a compreender não só algum temário das suas obras, como ainda a oportunidade, o modo e a maneira como as aborda. Será até um quadro de referência necessário, segundo penso, para algumas dessas obras em particular.

1. O Século de Quinhentos é, por todo o lado, um século de crescimento generalizado.

2. Um dos elementos mais actuates e motivadores dessa dinamização geral foi introduzido e desencadeado por Portugal com o processo dos descobrimentos e expansão geográfica. Um cacho de elementos dinâmicos fortemente actuates das actividades e do desenvolvimento nos mais variados sectores que principalmente se materializaram no assentamento definitivo do capitalismo comercial e mercantil e nas construção dos primeiros ciclos coloniais das nações peninsulares.

3. A economia portuguesa (depois ibérica) representou o primeiro pólo da materialização desse processo de crescimento. Por

---

\* Faculdade de Letras do Porto.

seu turno, verá também mais precocemente esgotado o seu dinamismo e crescimento, por mercê de uma variedade de factores que não cumpre nesta síntese apreciar e analisar. Em meados do Século, finda, entre nós, esse processo dinâmico e esse surto de expansão, que o complexo ibérico prolongará por mais algum tempo, finalmente substituído, também, pela áreas geográficas da Europa do Norte.

4. No caso vertente, esse crescimento, esse dinamismo centrou-se ou baseou-se no comércio marítimo e nos produtos movimentados por esse comércio ultramarino num processo que, numa primeira fase, arrastou decisivamente, deve dizer-se, todo o conjunto das actividades internas metropolitanas das agrícolas aos manufacturados.

5. Sendo o trato marítimo o elemento mais dinâmico, e tendo-se convertido ele na principal fonte de recursos da Coroa, a observação da economia desse período (como de outros, aliás,) tem sido feita essencialmente na base da contemplação dessa realidade mercantil e do estado das finanças régias. Os bons ou maus momentos dessa economia, tanto na fase dessa expansão, como, depois, na fase de recessão, têm sido sistemática e preferentemente avaliados a partir do comportamento dessas realidades - as finanças da coroa e da super-estrutura do Estado mercantil e colonial.

6. Nos tempos que decorrem até meados de Quinhentos (tempos de crescimento e expansão), podem assinalar-se quatro etapas bem diferentes - demarcadas por crises de diverso impacto e duração. Essas etapas da economia portuguesa, sua natureza e especificidade, foram desde há muito apontadas e estudadas por Vitorino Magalhães Godinho. Em síntese: 1504-1506; 1521-24; 1531-35; 1545-52, de gravidade e de consequências diferentes, a última das quais - uma verdadeira crise estrutural que, dada a articulação

espacial do comércio marítimo nacional, afectará toda a economia mundial<sup>1</sup>.

7. Os “tempo económico” de Gil Vicente enquadra-se no apogeu dessa expansão da economia, mas depara-se também, como veremos, com os primeiros sinais de bloqueio e de crise, sendo certo que a última fase da sua vida e da sua produção histórico-literária (e sublinho histórica, tantas são as pistas e testemunhos documentais que a sua leitura proporciona) se inscreve já nos inícios da fase de arrefecimento e notável esmorecimento (recessiva mesmo para alguns sectores internos) que, de facto, fica claramente anunciada desde a década de trinta.

8. Como advertimos, ao circunstancialismo exterior ou atinente ao estado das finanças régias e ao sector do grande comércio, juntam-se circunstancialismos e problemas internos que se devem apontar como verdadeiramente graves, ora coincidentes, ora ao redor das datas apontadas, ora não com elas coincidentes. Assim, por exemplo, logo a partir da crise de 1517-24.

Na verdade, poderemos verificar logo aqui a conjugação de problemas advindos da estrutura espacial e financeira do Império com estrangulamentos estruturais de funcionamento do sistema, mas verificar-se-á também uma situação de crise com uma agudização subsequente no quadro da produção interna em torno dos recursos e produção agrícola, sobretudo no sector da produção cerealífera (deixando, ora, de parte o sector “industrial”).

Logo desde aqui, dificuldades de proveniência vária no sistema central. Fontes de rendimento em quebra (ouro da Mina, por exemplo), o próprio sistema de transportes já com algumas

---

<sup>1</sup> *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Ed. Presença, Lisboa. 4 vols. 1981-1983, vols. II e III. *Ensaio. II. Sobre História de Portugal*. Sá da Costa Editora, Lisboa. 1968. (Flutuações económicas e devir estrutural do Século XV ao Século XVII, 174 e segs.; Finanças públicas e estrutura do Estado, 25 e segs.; A viragem mundial de 1517-24, 139 e segs.; A revolução dos preços e as flutuações económicas no Século XVI, 155 e segs.).

dificuldades, gastos ordinários e extraordinários excessivos, com tenças, subvenções e outros gastos como com fabulosos dotes de casamento. Do dote de D. Beatriz (em 1521) testemunhou Gil Vicente que

Em Lisboa se dizia  
que a riqueza que levava  
vale toda Alexandria<sup>2</sup>.

Gastos e encargos sempre em crescimento. O ano de 1525 parece marcar, para os recursos da Fazenda, ponto de não retorno. Nunca mais se recomporão as finanças do Coroa. Depois de 1527, a empresa ultramarina entraria, apressadamente, na rampa do ocaso<sup>3</sup> (ainda que a tendência longa do crescimento continue).

Mas não apenas no sistema central. Francisco de Andrada (que escreve sobre o que está observando sob os seus olhos), não deixou de passar em branco a alteração do circunstancialismo interno coincidente com estes anos de 1520-21 - visíveis à morte do Venturoso e Afortunado.

“Esta prosperidade e boa fortuna veio, enfim, a dar mostra de alguma mudança e declinação porque esta grande riqueza e abundância se devera de poupar (e se devera bem administrar) - referindo as enormes e exageradas despesas sumptuárias de D. Manuel.

Mas... “não parou só nisto a mudança e declinação, porque aquelas fertilidades com que os campos costumavam responder em todo o discurso do Rei D. Manuel, nos derradeiros anos dele se começou a recolher e a mostrar anos estéreis e dificultosos e muito diferentes do que antes eram principalmente no ano de 1521 (e

---

<sup>2</sup> Gil Vicente, *Obras Completas*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 6 vols. 1942-44, IV, 258. NB: Daqui em diante referido apenas por Gil e respectivo volume.

<sup>3</sup> Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português. 1415-1549*. Coimbra. 1963, I, 571.

depois) no qual pela falta de água e secura do tempo... de tal modo que nem as árvores nem as sementes produziram e os gados pela falta de pastos pereciam de todo... de que veio a fome porque nem a indústria dos pobres nem a abundância dos ricos bastava para lhe pôr remédio de que vieram estranhas e gravíssimas enfermidades e após elas mortes de que se corromperam os ares e sobreveio a peste”. Calamidades que atingiriam ainda os tempos posteriores, afectando os anos de 1521-22. Em 1523, registam-se ainda epidemias e mortes. Ainda que mais pontualmente, na sequência da seca de 1524, surgem mais doenças e mortes já em 1524 e, depois, em 1525. As terras do Alentejo, sobretudo, são ainda castigadas em 1526 e 1527. De modo geral ou mais pontual, uma década verdadeiramente difícil. Os anos trinta, como veremos, abririam com dificuldades acrescidas<sup>4</sup>. Por isso, diz o Cronista por 1540, em cima de um terreno ainda mais debilitado: “por tudo isto se pode ter grande receio de ruína”<sup>5</sup>. E ela estaria, de facto, muito próxima.

Sobre a crise de 1531-1535 (agravando-a sobremaneira), os gastos sumptuários, dotes, subvenções e os encargos extraordinários (como a compra das Molucas “para lavagem” do empréstimo a Carlos V), atingiram dimensão nunca vista, debilitando e esgotando a fazenda real. A esmola era tão avultada e tão grande que de mais um dote - o levado pela irmã do Rei a Carlos V, em 1526 - nos deixou Gil Vicente retratado o espanto provocado nos nossos vizinhos:

De boca aberta  
Disse então toda a Castela  
Deus nos dê outra Isabela!<sup>6</sup>. Pudera!

---

<sup>4</sup> Sobre a peste de Lisboa em 1525 Arq. Distrital de Évora. Ms CIX/2-3 Cronologia das pestes em Eduardo Freire de Oliveira *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa. 1882, T. I.

<sup>5</sup> Francisco de Andrada, *Cronica de D. João III*. Coimbra. 1796, 28/31.

<sup>6</sup> Gil. III, 59.

Mas houve mais dotes e mais pedidos a D. João III até por parte dos reis de França e Inglaterra. Roma e o eclesiástico representavam, por seu turno, uma sangria permanente desde a Coroa “à mesa” dos diferentes Benefícios e Bispados do Reino. Gastos sumptuários “quais os maiores estados do mundo não fariam”<sup>7</sup>. Consequências? Muito graves. Em 1533, D. João III confessava-se da gravíssima situação do tesouro, estando em risco sério a própria conservação da Índia<sup>8</sup>.

Esta crise financeira não se nos antolha meramente passageira. É certo que se recuperará, a expansão irá continuar, mas abranda consideravelmente de expressão. É certo que a Coroa não partiu as pernas. Levantou-se, mas ficou com os membros gravemente ofendidos e nunca mais caminhou do mesmo modo e com a mesma agilidade com que, apesar de tudo, até aí tinha demonstrado.

Teremos essencialmente sob os olhos os textos de Mestre Gil (ainda que não só) e não deixa de ser impressionante o testemunho a um tempo fáctico e premonitório que a partir daí nos dá, observando o quadro desde dentro, não só das Salas do Despacho e da Fazenda, (que também vinham aos seus saraus) como do quadro generalizado do País. Disse com efeito, reportando-se aos anos de 1532-36: “*Vi todos os sinais do moribundo*”<sup>9</sup>. E diagnosticava: “*o fim do mundo está perto*”<sup>10</sup>. Assim era: da dissolução dos costumes à degradação económica, das finanças régias a alargados estratos da população. Nesta oportunidade, ilustremos com um caso, quase transversal no tecido económico interno. O comércio (e laboração) do têxtil, que representava, na cidade de Lisboa, a actividade interna mais

---

<sup>7</sup> António de Castilho, cit., 390.

<sup>8</sup> Arq. de Évora. Ms de CIX/2-3, cit.; Gavetas da Torre do Tombo. Lisboa. 1962, II, M. 11 n.º 14.

<sup>9</sup> Gil. VI, 188.

<sup>10</sup> Gil. VI, 83; 1532.

brilhante (a avaliar pelo volume das sisas postas a leilão e sempre arrematadas), crescendo desde os inícios do Século e mantendo-se, pode dizer-se, brilhante até 1529, registará uma quebra de 50% de 1529 para 1532, sublinhando, certamente, a crise no sector mais próspero das actividades internas<sup>11</sup>.

9. Ainda que a última crise (1545-1552) esteja já para além da cronologia vicentina, a sua relação e articulação com esses tempos é tão grande que convém terminar com as dificuldades inultrapassáveis do momento que marca o início da fase descendente da economia nacional deste período. Crise que, anunciada desde os tempos anteriores, se converterá numa verdadeira crise estrutural da economia portuguesa e até mundial, dada a sua irradiação e articulação espacial.

Por esses anos, sobrevém o profundo abalo (a tal tempestade que Gil Vicente vira acastelar-se nos tempos anteriores) com o qual se sustém o débil crescimento que se arrastava penosamente desde os anos anteriores, marcando o início de uma recessão longa (que, ainda que com altos e baixos, se prolongará por toda a segunda metade do século, penetrando ainda pelos primeiros anos de Seiscentos).

Aspectos diversos matizam e caracterizam esta crise, levando à falência das finanças régias e estas a uma série de “desordens” repercutidas e sentidas no edifício financeiro e económico praticamente de todo o Império que, deste ponto de vista, poderemos balizar pelo fecho da Feitoria de Antuérpia em 1549 - onde o monarca vinha levando ferroadas irrecuperáveis - à bancarrota da Casa da Índia em 1560, com graves reflexos sociais, dificuldades generalizadas em todo o complexo ultramarino da África ao Brasil, dos mares do Atlântico aos do Oriente, cujo complexo se constituiu, (sem alternativas) na trave mestra e no

---

<sup>11</sup> Gil. VI, 188.

sustentáculo de todo o edifício ultramarino e metropolitano. No Oriente, valeria, por instantes, a acção reformadora e militar de D. João de Castro (1545-48)<sup>12</sup>. Mas os males eram profundos, os vícios permanentes e as acções reformadoras requeriam continuidade, actuações persistentes e continuadas e alterações estratégicas no corpo geral.

Para a Coroa e para os mais chegados Conselheiros, do Conde da Castanheira a D. João de Castro, não há alternativas nem internas “*com as tenças (e moradias) se não deve bulir porque essa é a vida dos fidalgos e pessoas principais de seus reinos*”<sup>13</sup> nem “externas”: sempre o Oriente, sempre a aposta nas especiarias. Castanheira e outros defendê-las-ão à outrance, mesmo que seja manifesto que os benefícios se contraíam gravemente. Essa Índia que agora “*vai rendendo apenas muito piedosamente para si e, tão só, por milagre se sustenta*” - diria Diogo do Couto<sup>14</sup>, continuando a manter-se na base um sistema social e político interno que delapidava todos os recursos em tenças e moradias e assentamentos (e em privilégios afins)<sup>15</sup>! Muitas *mercês de dinheiro* com que se fazem crescer as dívidas e encargos da Coroa”<sup>16</sup>. Diz-se em 1537 que medra um funcionalismo carregado de mercês, como os feitores - que andam todos como nababos e bem ricos - face a uma Coroa descapitalizada: “Só el-rei está pobre”<sup>17</sup>. Todavia, um sistema que se não devia em “nada alterar ou bulir”!

O Brasil (objecto de novo interesse desde 1549) ainda aqui, (nesta altura) continua irrelevante em termos económicos. É o Rei

---

<sup>12</sup> A. Oliveira, D. João de Castro e a reformulação do Espaço Oriental. Lisboa. 2001.

<sup>13</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais de D. João III*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 1951-54, II, 316.

<sup>14</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 1937, 225.

<sup>15</sup> Joze Anastasio de Figueiredo, *Synopsis. Chronologica*. Lisboa. 1790, I, 392.

<sup>16</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*. II, 262.

<sup>17</sup> Idem. II, 259.

que o diz! No Regimento dado a Tomé de Sousa - que para ali despachava - declara que o motivo que o movia a agir e a povoar o Brasil era (principal e essencialmente) a conversão do gentio!

Diria, por isso, um conselheiro Régio “*mistério grande (e manifesto erro) foi o metermo-nos em despesas em coisa que o não merecia*”, e D. João de Castro: - outro decisivo conselheiro - secundava: “perca-se o Brasil e S. Tomé para sempre mas salve-se a Índia”. Secundaria outro: “Bem pudera, de facto ser um rico Estado e económico (para a Fazenda) se no Conselho do Rejno ouvera melhor ordem para se alargar e crescer”<sup>18</sup>. Um “desleixo”<sup>19</sup> que vinha desde os inícios do Século e que até Gil Vicente igualmente documenta ao dizer: “deixai a terra do Brasil que é negócio de pouca monta”<sup>20</sup>!

A trovoada que Mestre Gil viu acastelar-se no horizonte nos anos trinta, à qual ninguém quis prestar atenção, chegará com fortes granizadas e trombas de água. Submergirá Antuérpia em 1549 e a Casa da Índia em 1560 e as famosas fortunas dos banqueiros. Dizia premonitoriamente Mestre Gil em 1536

*pera que há de recear  
o que ainda não he nada?  
- Aquilo he trovoada!  
E não há-de cá chegar!!*<sup>21</sup>

Mas, de facto, não era já só fumaça, mesmo no quadro interno. A tempestade chegaria mesmo:

*De vinte anos acá  
não há gaita nem gaitero  
e agora Geremias  
he o nosso tamburileiro*<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> António de Castilho, cit., 382.

<sup>19</sup> Vide *O Brasil. Do desprezo da Coroa à desforra dos Colonos*. “Revista Portuguesa de História”. Coimbra. 1999.

<sup>20</sup> Gil, V, 126.

Por causas várias que não cumpre aqui pormenorizar (desde o pirata-ladrão ao ladrão do dinheiro), cumulavam-se as perdas:

*esta he hũa errada  
Que mil erros traz consigo  
Officio de tanto perigo  
Dar-se a quem não sabe nada*<sup>23</sup>.

E o atento Fernão Mendes Pinto anota que as perdas na Carreira da Índia eram bem assustadoras já por 1530<sup>24</sup>.

Estas, sinteticamente, as balizas cronológicas da obra Vicentina.

#### **Efeitos do crescimento. Os tempos felizes.**

Duas das consequências desse surto e dessa expansão económica generalizada foram, sem dúvida, a melhoria das condições económicas, a nível geral, e um crescimento de riqueza e do bem-estar, que, de facto, atingiu, genericamente, todos os sectores sociais. Por vezes de modo sôfrego e até desmesurado, levando a níveis de ostentação que muitas vezes ultrapassavam as possibilidades. O parecer sobrepôs-se ao ser. E daí adviriam estrangulamentos e dificuldades adicionais, quando as vacas gordas se foram partindo e começaram a ficar evidentes os ossos das magras que chegaram, visíveis, demasiado cedo.

Numa primeira fase, o aumento da procura, o “excesso” de meios de pagamento e liquidez accionaram os preços no sentido da alta, (outros motivos contribuiriam para isso, mas vamos deixar essa questão aqui de lado) provocando dificuldades a sectores vários e

---

<sup>21</sup> Gil. IV, 303.

<sup>22</sup> Gil. IV, 262.

<sup>23</sup> Gil. IV, 295.

<sup>24</sup> Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 3 vols. 1961-1974, I, 8. Vide nosso *O Porto - Comércio e Construção naval. Daqui partiram as naus da Índia*. (Prelo).

generalizando as dificuldades, quando para todos chegaram os tempos de crise e contracção. Repercutiram-se muito desigualmente, essas dificuldades, pelos vários sectores da sociedade, mas, para a generalidade, agudizaram-se então as condições de vida. Tempos esses em que, com os apertos, até as alimárias começaram a falar queixando-se da fome, da sede, como do excessivo dos preços, rivalizando com as vozes circunspectas dos doutos humanistas como a de Miranda, Resende, Bernardes ou do estrangeiro Clenardo<sup>25</sup>.

Eis como vai ruminando a mula, em se despedindo:

*- que se eu sam tam mal provida,  
quanto a terra he abastada,  
que farey quando a çevada  
a corenta he vendida?*<sup>26</sup>.

Por entre a ostentação, queixas e lamentos. Uma careza que por todo o lado “*esvazia as bolças a qualquer um*”!<sup>27</sup> Clenardo contorcia-se na cadeira do barbeiro, muito mais pela “raspagem” dos preços que pelo navalhão mal afiado. “Limpezas” que até lhe faziam vir as lágrimas aos olhos!...<sup>28</sup>

Mas é um facto que a expansão fez mexer todos os sectores de actividade, particularmente aqueles que podem mais facilmente beneficiar do comércio e da troca. Ao lado da obsessão dos tratos no mar, animam-se por todo o lado as feiras e mercados, onde enxameia uma média e pequena burguesias, seja de mercadores seja de mesteiros, tocando decisivamente alguns dos sectores agrícolas. (Não temos aqui tempo para o explanar, mas sobretudo o sector das

---

<sup>25</sup> Vide também *Nos Rumos da Modernidade e Mestre Gil*, Resende e Miranda com os vinhos em bolanda.

<sup>26</sup> Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*. Coimbra. 1973-74, II, 268. NB: daqui em diante, apenas *Cancioneiro*.

<sup>27</sup> Diogo Bernardes, *Obras Completas*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 1945-46, II, 313.

bebidas, vinhos e das frutas, incluindo a oliveira, gados e o têxtil linheiro. Este, por sinal, bem importante nestas terras de Guimarães, mas não só: a expansão dos linhos e têxteis é alargado. Vêm desde as terras de Trás-os-Montes (aqui juntamente com as sedas), atingem as de Braga e Barcelos, as do Vale do Ave - Vila do Conde e do Porto. Nos finais do Século, era por aqui que se exportava grande quantidade desses linhos e onde se fabricavam as melhores lonas (para velas) de Portugal<sup>29</sup>. Também se animava a sua cultura por terras do Sul, aqui, em particular, em redor das terras de Coimbra e de Santarém<sup>30</sup>. Mas no têxtil não são apenas os linhos: duas das primeiras tentativas da “industrialização” do algodão entre nós datariam desta altura e documentam, sem qualquer dúvida, esta expansão do sector<sup>31</sup>.

Aparecem muitas *feiras novas* onde, até em dias de defeso, se passa a vender e a mercadejar. Nestes mercados e feiras metropolitanos, por todo o lado *mil tendas, muytas compras muytas vendas*<sup>32</sup>, onde a cada momento se tropeça nos tratos e contratos com todo o tipo de “mercadores” e com o dinheiro: “Pelos ruas mil cambos e recambos”<sup>33</sup>. Chegam também os produtos exóticos, até aí nunca vistos nem imaginados. Chegam as moedas de todo o império, desde as falsificadas de África às moedas Orientais: “*Como eu vi correr pardaus por Cabeceiras de Basto*”<sup>34</sup>, monetarizando toda a economia, “democratizando” a moeda por entre a persistência de

---

<sup>28</sup> Clenardo, *Cartas*, em Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*. Coimbra. 1974, 250-52; 259.

<sup>29</sup> Aurélio de Oliveira, *Do Porto a Pontevedra. Os tratos no Noroeste peninsular*. (Séc. XIII-XVII). Pontevedra. 2000; *Braga dos mesteres à indústria e Oficinas e manufacturas no Vale do Ave*. Famalicão. 2002.

<sup>30</sup> Gil. I, 177.

<sup>31</sup> Gil. I, 177.

<sup>32</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa. 1973, 370. (Daqui em diante, apenas *Miscelânea*).

<sup>33</sup> António Ferreira, *Obras Completas*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. II, 156.

<sup>34</sup> Francisco Sá de Miranda, *Obras Completas*. Clássicos Sá da Costa, Miranda, Lisboa. 1942-43, II, 80.

troca directa que, com Gil Vicente, encontramos por muitas dessas feiras e mercados. *Feiras novas* que animam o litoral mas também o interior do país<sup>35</sup>, onde algumas, pela sua posição geográfica, assumem grande importância económica. Na de Trancoso (por 1534), assegura Gil Vicente se faziam bons tratos e, até, muito boas fortunas:

*Vou-me à feira de Trancoso  
(que eu de ti me receio)  
E farei lá dinheiro grosso  
(nos gados, e nos vinhos  
nas frutas, azeite e linhos)  
A vender pelo barato  
farei bem milhão e meio<sup>36</sup>.*

(O mesmo se poderia dizer das de Lamego ou Viseu, ou até da fronteira do Minho, sem esquecer as feiras ou interposto de Gaia para os gados que iam a Lisboa ou para a caçarola dos cidadãos ou para encher as “louças” das armadas del Rei. Sendo certo que, regularmente, se abasteciam também, aqui no Porto, de pão, carnes, ‘pescados’ e vinhos<sup>37</sup>.)

É um mundo que se anima e fervilha e onde se procura vender de tudo, *onde se passa preto por branco e se vende gato por lebre, onde se traficam trinta mil mentiras, onde o Demo é regedor, (onde os mais sabedores / fazem as vendas nas feiras do Demo / em que os mesmos diabos são correctores<sup>38</sup>) onde se alteram preços, onde há que andar de olho bem aberto para não dar tombos e trambolhões, onde se “danam” os pesos e as medidas:*

*Justos pesos e balanças  
E medidas*

---

<sup>35</sup> Pelo Entre Douro e Minho desde 1504. Arquivo Histórico da Cidade do Porto. Livro B, fl. 144-149.

<sup>36</sup> Gil. I, 149.

<sup>37</sup> 1513. (Índice. 258)

<sup>38</sup> Gil. I, 115.

*Danam judeus e marranos  
Assy sam algûs dereyτος  
torcydos<sup>39</sup>*

e muitos bens “encolhidos:”

*e assi mais quer provar  
per muytos omens onrados  
qu’ele lhe deu o colar  
por çynquoenta cruzados  
sem hû soo graão lhe minguar.  
E (mas) loguo ao entregar  
mingou hû cruzado e meo  
o qual lhe deve pagar,  
pois que loguo ao pesar  
o peso certo nom veyo!<sup>40</sup>.*

*Regatear e revender  
Fazem monturos muy altos  
Fedorentos  
Nam se podem desfazer  
Sem grandes tombos e saltos  
Escarmentos<sup>41</sup>.*

Nesses monturos, todos se juntam, até o clero, que troca a meditação do breviário pela ganância e bulício da feira:

*Alto tempo, aparelhar  
Porque Roma vem à feira<sup>42</sup>.*

*À feira, à feira, igrejas , mosteiros  
Pastores de almas, papas adormidos;  
compra aqui panos, mudae os vestidos  
Feirae o carão que trazeis dourado  
Ó presidentes do Crucificado<sup>43</sup>.*

<sup>39</sup> Resende, *Cancioneiro*. I, 92.

<sup>40</sup> *Cancioneiro*. II, 277.

<sup>41</sup> *Cancioneiro*. I, 88.

<sup>42</sup> Gil. I, 213. 1525.

Não mente nem exagera Gil Vicente. Lá está o reforço, grave, no Cancioneiro:

*Na cobiça dos prelados  
Nom he já pera falar  
Qu' em vender mais que rezar  
E em comprar som occupados<sup>44</sup>.*

e em todos os “tratos e distratos” se envolve: desde os géneros ao dinheiro, às mentiras, rapinas e enganos: De facto, assim era.

*Há que ser franco  
diz o clérigo não contrito  
da entrada no estanco:  
“Tudo isso tu vendias”.  
De tudo isso feirei  
Tanto que inda venderei  
Mais outras sujas mercancias<sup>45</sup>.*

De facto,

*Vede que clérigos e frades  
Já não tem ao ceu respeito  
mingua-lhes a santidade  
E crece-lhes o proveito<sup>46</sup>.  
Por isso, sermão ao demo!  
Todo o bom cristão  
prefere a prática ao sermoneiro:  
- Fr. Soeiro, fr. Soeiro  
Dá-me tu a mim dinheiro*

*E dá ao demo o conselho!*<sup>47</sup>. Por tudo isso e de mistura com alguns impropérios, vem o conselho de Mestre Gil:

*Deveis de vender as taças  
Empenhar os breviaros*

---

<sup>43</sup> Gil. I, 205.

<sup>44</sup> Cancioneiro. I, 30.

<sup>45</sup> Gil. I, 216.

<sup>46</sup> Gil. I, 200.

*Fazer vasos de cabaças  
e comer pão e rabaças*

até chegar à identificação com a marginalidade social, tudo metido no mesmo “embrulho”:

*Fideputa, rapaz, cão,  
Perro, clérigo, ladrão<sup>48</sup>.*

Não estranha, por isso, nem a violência das denúncias

*Ah! homens dos brevíarios  
(qui)  
Rapinastis coelhorum  
Et pernis perdigotorum  
E mijais nos campanarios<sup>49</sup>,*

nem o radicalismo da solução. Tanto Resende como Mestre Gil quiseram ver

*plantados todos os frades  
em terra que não he boa.  
sob o areal, a coroa  
e as pernas pera os ares!...  
e... se não “dessem” nada  
per elles não huvesse rogo  
logo, logo (nelles) fogo!<sup>50</sup>.*

É inegável a activação produzida pelo alargamento dos tratos sobre o mar. A produção e mercado interno também se animam de tal modo que alguns viram nisso sinais preocupantes pelo abastecimento futuro e quando o sinal das perdas começava a despontar:

*Pam, carne fructas e vinhos  
E os pescados marinhos*

<sup>47</sup> Gil, I, 236.

<sup>48</sup> Gil, IV, 151.

<sup>49</sup> Gil, II, 81.

<sup>50</sup> Gil, IV, 165.

*Azeites e todo o al  
Senos vay de Portugal  
E non sei per que caminhos<sup>51</sup>*

Numa segunda fase, é certo que esta produção mesteiral e agrícola acabará, em parte, curto-circuitada por vários motivos, entre eles o largo recurso a géneros e manufacturados vindos do estrangeiro, insuficientes os nacionais para satisfazer a procura. As necessidades alimentares de Lisboa em rápido e acelerado crescimento (de uns 50 mil habitantes por 1530, passaria bem os 100.000 em meados do Século, somado ainda pelo encargo com as armadas normalmente provisionadas a partir dos fornos de Lisboa) impuseram a importação de pão, para mais, logo desde o início do Século, incentivada pelo monarca, em claro e manifesto desfavor do pão nacional. A fuga de mão de obra muito ajudou, digam embora muitos o contrário, a não ser que muita da produção literária de então minta e nos engane, desde o mesmo Mestre Gil, a Resende, a Miranda e a muitos outros. Camões: refere os muitos que saem e se vão a terras estranhas e Bernardes não resiste a documentar os que saem desse fértil e prazível Vale do Lima, trocando as suas terras pelas de Lisboa e partes ultramarinas

*Logo contra seu gosto se partiram  
da terra onde tal bem tantos perderam  
Coitado de quem deixa a sua terra  
sem saber a qual outra vai agora<sup>52</sup>.*

Muitos lugares despovoam-se pelo coração do Minho pelos anos trinta/quarenta, como Miranda nos mostra também<sup>53</sup>, outros desertificando o sector de origem (da agricultura aos mesteres) pela fuga para outras actividades mais rendosas e mais respeitáveis:

*Agora os lavradores*

---

<sup>51</sup> Resende, *Miscelânea*. 367.

<sup>52</sup> Diogo Bernardes, *Obras Completas*. Lisboa. 1946, II, 17, 130.

*fazem os filhos paçãos  
cedo não há de haver vilãos*

*Ele he do nosso lugar  
De moço guardava gado  
Agora veio a bispar<sup>54</sup>.*

### A Capital, um grande agente de desertificação do Reino

*Não me temo de Castela  
.../...  
mas temo-me de Lisboa  
que ao cheiro da canela  
o Reino nos despovoa<sup>55</sup>.*

É um facto que todas as cidades ou centros urbanos crescem e engrossam a ritmos diferentes, pelo menos de modo claro até meados do Século, apesar de muita gente que sai. Estes, atraídos, principalmente, para os centros do trato (sobre o litoral), procurando meter o pé nos navios que partem. Que manada de gente encontrou Castro (1535) escondida nos porões das naus, quando, ultrapassadas as possibilidades do retorno a Lisboa, vieram ao convés das embarcações!<sup>56</sup> Pela mesma altura, rematava Resende

*Vijmos muyto espalhar  
Portugueses no viver  
Brasil, ilhas povoar  
e aas Indias yr morar  
natureza lhes esquecer*

A escravaria - de “*que vem grãa somma a Portugal*”<sup>57</sup> - era a alternativa de “povoamento”:

<sup>53</sup> Miranda. II, 75.

<sup>54</sup> Gil. V, 348-49.

<sup>55</sup> Miranda. II, 81.

<sup>56</sup> D. João de Castro, *Obras Completas*: Apresentação de Luís de Albuquerque. Lisboa. vols. III e IV. (Cartas e outros escritos).

<sup>57</sup> *Miscelânea*, 345 (substituiria o reinol).

*Veemos no reyno metter  
tantos captivos crescer  
E yremse os naturaes  
que se assy for serem mais  
elles que nos a meu veer<sup>58</sup>.*

Essa imigração contribuiu, mas não foi só com ela que se “encheram” as cidades.

Outra das consequências foi o encarecimento do nível de vida de todos os estratos sociais. Uma subida generalizada dos preços - um dos fenómenos maiores do quadro económico geral europeu, particularmente estudado para Espanha, mas não só. Infelizmente entre nós - não obstante os trabalhos de Magalhães Godinho - a ausência de estudos constitui “um verdadeiro ‘embarço’ para a historiografia deste período”<sup>59</sup> que não pode ser resolvido com sentenças lineares, ideias gerais ou linhas rectas que pouco ou nada nos dizem, do género: “cresceram os preços do interior para o litoral e do Norte para o Sul! (que, mesmo aplicado a sectores específicos, pouco ou nada elucidam<sup>60</sup>. É necessário quantificar as alterações produzidas dividir sectores, localizá-las no tempo e até no espaço, aí aquilatar as consequentes repercussões sociais e económicas. Há elementos que permitirão ir além desse tipo de simplicidades explicativas fáceis (embora tenham a vantagem de, por vezes, acertarem).

Portugal foi o primeiro país da Europa a sofrer esse impacto e os seus efeitos, mercê sobretudo de um crescimento até aí nunca visto, dos meios de pagamento e, em primeiro lugar, sob o impacto

---

<sup>58</sup> Idem, 363.

<sup>59</sup> Nunes Dias. I, 596. Vide Oliveira Marques, *Portugal Quinhentista, (Ensaio)*. Lisboa. 1987, 119 e segs. Preços nos Açores); Godinho, *Ensaio*, II e Dicionário de História de Portugal, vol. 4, *Preços*.

<sup>60</sup> Joaquim Romero de Magalhães, *História de Portugal*, Direc. de José Matoso (Círculo de Leitores). Lisboa. 1993, III, 270: Sentença que mesmo referente a determinado género passa por uma constatação geral para todos os tempos. (Para os cereais, vide 317).

dos metais preciosos. As primeiras grandes quantidades de ouro que a Europa conheceu foi o que Portugal vinha extraindo da Mina desde a segunda metade do Século XV, particularmente desde o último vinténio. Depois, dos outros meios de pagamento, letras de câmbio e outros papéis, como os padrões de juro espalhados sob a forma de empréstimos forçados ou não e que depois que se venderam e traficaram, desde a Coroa aos particulares. E os contemporâneos assumiram “azedamente” tão grandes e “geraes” alterações: Subida sustentada pelo aumento da procura ora pela baixa real da produção,

*“levamtam-se as moedas  
quanto mingã nossos fruytos  
temporaes  
estas praticas azedas  
estes nossos males muyto  
sam geraes”<sup>61</sup>*

ora pelo aumento e pelo excesso da procura (mesmo que a carência não lhe seja proporcional: como se vê do testemunho da mula de Resende, que não vê razão para o excessivo do preço ou a magreza da ração, quando no mercado há abundância<sup>62</sup>.

Por 1515 (e daí em diante), vai já larga “*chinfrina*” nos preços<sup>63</sup>. E Mestre Gil bem recomenda à moçoila lavradeira - com a qual é, deveras, condescendente -

*vendei, vendei! mas  
Vendei de tal maneira  
que não ofendais a Deus  
roubando (toda a) gente  
(a nacional e) estrangeira<sup>64</sup>.*

<sup>61</sup> Cancioneiro. I, 89.

<sup>62</sup> Vide infra.

<sup>63</sup> Cancioneiro. I, 67.

<sup>64</sup> Gil. I, 236.

Mas não havia volta a dar nessa chinfrineira e no barulho das feiras e mercados, onde “as regateiras são aos cardumes”<sup>65</sup>.

*“O frangão a vintem  
A galinha a sessenta  
mas ás vezes vem alguém  
Que a leva por oitenta”!*<sup>66</sup>

e o mesmo acontece nas frutas que andam bem caras por 1526<sup>67</sup> e disso se queixa também Sá de Miranda, embora pelas aldeias da Província ela se colha em abundância e até se perca com mais frequência<sup>68</sup>. Preços já bem altos por todo o lado, de Lisboa à Província, dos géneros a alguns serviços como, arrepiado, testemunhou Clenardo para Évora.

Esses preços estão a subir desde os inícios do Século, estrangulando, pela primeira vez, as jornas dos assalariados. Não poderá remeter-se essa subida para os fins da segunda década (coincidindo apenas com as crises depois de 31-35). A jorna anda já comprimida por eles em 1508. Denuncia-se, em 1509, os muito grandes preços em que vão os ofícios dos mecânicos: “as cousas dos officios mecanicos estam alevamtadas em muito grandes preços nessa cidade”<sup>69</sup>, estendendo-se aos géneros agrícolas, sobretudo no sector das carnes e dos gados e seus derivados, couros e peles de que há queixas até 1512<sup>70</sup>. Queixas que vão continuar e subindo sempre de tom. Mais uma vez, está correcto o testemunho

---

<sup>65</sup> Gil. IV, 236-237.

<sup>66</sup> Gil. II, 101.

<sup>67</sup> Gil. VI, 36-37.

<sup>68</sup> Miranda. I, 178.

<sup>69</sup> DAHCM de Lisboa, *Livro dos Reis*. Lisboa. 1959, IV, 142. Também em Freire de Oliveira, *Elementos*. I, 408.

<sup>70</sup> *Livro dos Reis*, cit., 159, 190; 229-230. O mesmo acontece no Porto uma cidade que se diz vai em grande crescimento populacional por 1512. (Vide Cristina Isabel Ferreira, *Vereação do Porto. 1512-1514: Tese de Mestrado Faculdade de Letras. Porto. 1997*). Entre outras doc. p. 235-236.

vicentino, quando, por 1511, refere “estar cara esta Lisboa”<sup>71</sup>. Não é figura poética nem artifício para compor rimas. E, na verdade, olhando para outro lado, facilmente ouviremos a “chinfrineira” desta subida nas estrofes do Cancioneiro - (limite cronológico - 1516) com o *leteiro sobre o estado da terra* a alterar-se todos os dias

*A dous o vermelho  
nom val mais o branco  
a dez o coelho  
perdiz faz derranco  
a vinte a gualinha  
a treze a çevada  
(anda muy caro também  
o favor da sua amada).  
Farelos a sete  
a real, o pão!  
Aquele chynfrynha!...  
fazendo suar o topete  
no subir desta calçada...*

E

*Pola feira, de permeio,  
o judeu taverneyro,  
como bom onzeneyro,  
tem adentro de sa porta -  
a tres oytos o pato,  
peros royns, a sete e meio  
e o vynagre a quatro!*<sup>72</sup>

Os efectivos apertos agrícolas sobrevivendo com a crise de 1520/22 desencadeará um processo mais rápido e violento. Por 1526, há a clara consciência da depreciação do dinheiro (pela abundância das espécies metálicas ou outros meios de pagamento<sup>73</sup>). O pão

<sup>71</sup> Gil. V, 197.

<sup>72</sup> Vide A. Oliveira, Mestre Gil, Resende e Miranda com os vinhos em bolanda. GEHVID, Porto. 2001 (Síntese).

<sup>73</sup> Gil. V, 362.

subiria ao cruzado. Com a jorna que não acompanhava tal subida (o salário manter-se ia na bitola dos 20/25 reais (e menos) desde os inícios do Século<sup>74</sup>), muito havia que trabalhar ou muita “alfaia” se havia de lançar mão para se ir buscar o alimento à praça ou à carreira<sup>75</sup>. A subida agravar-se ia nos tempos posteriores com a diminuição da oferta. Surgem, por isso, as medidas de controle quer dos municípios quer, o que é mais sintomático, com as intervenções reguladoras do poder central, como se verifica logo nos tabelamentos de 1511 e 1515 (culminando nos tabelamentos gerais de 1551).

Na segunda cidade do Reino, as coisas, sob este aspecto, iam, por isso, também muito graves por 1545, (e muito mais o iam em Lisboa) levando a tabelamentos gerais e apertado controle desde os géneros alimentares aos artigos dos mesteres<sup>76</sup>. Aqui, com protesto dos mesterais, por os seus artefactos, com tais tabelas, não acompanharem os outros preços e, assim, se verem impossibilitados de aceder ao preço do pão e de verem melhorado o seu estatuto social<sup>77</sup>. O certo é que os preços estão atingindo, para todos, os limites de incomportável na década de Quarenta, das grandes às pequenas cidades. Há queixas da subida e, por isso, tabelamentos no Porto, desde 1512. Em Tomar, por 1516, as queixas são também gerais. Em verdade, eles teriam subido no pão (“de 60 anos a esta parte”) uns 200%<sup>78</sup>. Escusamos, aqui, juntar-se mais testemunhos

---

<sup>74</sup> Gil. V, 334.

<sup>75</sup> Gil. V, 297.

<sup>76</sup> Arq. Hist. Cidade do Porto, *Livro 2 das Provisões*, fl. 66-75. (Vide também Maria Lúcia L. Afonso, *O Porto segundo a Vereação de 1559: Tese de Mestrado*. Porto, Fac. de Letras. 2002, v. g. 184; 212; 224) desde o pão aos vinhos, às carnes e a outros géneros; nas hortaliças se praticavam preços incomportáveis.

<sup>77</sup> Arq. Hist. Cid. do Porto, *Livro das Chapas nº 2*, fl. 37-38. Do seu protesto em Lisboa, resultaria o sustar-se as taxas que se pretendiam impor em 1549. (Vide Andrada, IV, 212.

<sup>78</sup> Vide Cristina Isabel Ferreira, *Porto Vereação 1512-1514: Tese Mestrado*. Porto, Fac. de Letras. 1997; *Anais do Município de Tomar*. I, 159.

documentais, desde os produtos básicos aos preços dos importados e das especiarias. Do que se estava passando pela década de 40-50 escrevia o cronista em observação geral: (1549): “excessivos preços que então avia em todas as cousas”, preços muito altos de que resultavam “gravíssimos danos à maior parte do povo, em particular à gente pobre”<sup>79</sup>.

Não se pode negar que esta situação de abundância de dinheiro disponível teve, então, um papel determinante, digam embora alguns contrário. Deixando a polémica, constata-se, pelo menos, esta flagrante coincidência da subida com esta abundância nunca vista de dinheiro e de todos estes meios de pagamento (ainda por cima nos papéis em perda real acelerada a partir de determinada altura). Os contemporâneos deram-se conta do fenómeno: é este aperto dos tempos com a subida dos preços que cobre particularmente os últimos tempos vicentinos (com beneficiados e prejudicados nas duas diferentes pontas do baloiço). Em 1536, regista Mestre Gil a depreciação, a “comum valia dos dinheiros”<sup>80</sup>, accionando os preços para a alta. Também outros o testemunham:

*Vemos o pam mais valer  
Vemos tudo levantar -  
Mantimentos maos se achar  
Officiais mercatores  
Logreiros, alugadores  
Tudo muy caro custar*<sup>81</sup>.

O pão atingiria preços altíssimos. Durante as crises frumentárias de 1521/22, passou a 400 reais (e mais) e não se encontrava para venda.

*Anno vi tam abastado*

<sup>79</sup> Andrade, cit., IV, 211.

<sup>80</sup> Gil. IV, 325.

<sup>81</sup> Resende, *Miscelânea*. 370.

*Que a octo reaes comprado  
Foy o alqueire de pam  
Outro vimos em que nam  
se achava por hũo cruzado*<sup>82</sup>

que aliás repete noutra estrofe, confirmando a fome e a carestia geral de 1521

*tambem ca entã andava  
tanta fome que custava  
trigo alqueire a cruzado  
carne, vinho e pescado  
tudo com pena se achava*<sup>83</sup>.

Mais dramática seria a crise de 1531/32 que afligiu, sobretudo, as terras do Sul.

*Vimos em Evora valer  
Os moyos de pam ygoaes  
Quinze vinte mil reaes  
Agora os vemos vender  
a sptenta mil e maes*<sup>84</sup>.

Os preços, na crise de 1521/22, foram excessivos, mas muito abaixo destes. Regressariam depois à bitola dos 25-30 reis<sup>85</sup>, preços conformes aos interesses das cidades, mas de ruína para a produção.

Altura em que muitos estão abandonando os campos, pois o pão (fora das crises em que não há nenhum para vender) pouco vale, corre ao mísero vintém, como por então refere Gil Vicente (depois das crises de 1521 / e de 531)<sup>86</sup>:

*mais vos mata a vós o trigo  
porque não vale a vintém*

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Idem, 374.

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*. II, 225.

<sup>86</sup> Gil. V, 346; 360; I, 149.

*e traz mau micho consigo!*<sup>87</sup>

arruinando seguramente qualquer interesse em produzir para os mercados.

A depreciação da moeda e dos papéis trocados como moeda atingiu os “fundos” de riqueza de muita gente que, delapidados os tesouros, se viram aflitos para garantir o sustento.

*Ah que del rei! Ah que del rei* - berra a viúva empenhada, forçada a vender, pelo preço da chuva, o seu padrão de juro!... Mas ninguém lhe valia, por que o Rei fazia o mesmo, pagando ou tentando pagar dívidas com papéis sem valor. Um roubo descarado! Mas, pelos vistos, já muito corrente nestes primeiros tempos de D. João III. E, nos futuros, os “roubos” seriam ainda mais pesados. Ora, quem vivia dessas rendas e desses juros, dessas tenças e desse *dinheiro de vento* viu-se inevitavelmente em situação aflitiva. Gritos de socorro que se ouvem por todo o lado (...) desde Gil Vicente, a Miranda, a Resende, a Ribeiro Chiado, até ao espantado Clenardo e ao pícaro do Camões. Depois, a usura e o esbulho: sempre *na saca* se levavam mais uns reales - se lamuria este último<sup>88</sup>. Por todo o lado, por entre muitos nobres e plebeus, por entre mil cambos e recambos (vide supra)

*... mui correntes os falsos enganos  
Em escrituras tratos e distratos  
Em ouro e prata, em seda e pano.  
Aí, em vãos, sobejos aparatos  
Gastam o que têm e o que não têm  
E apellam depois pera Pilatos*<sup>89</sup>.

Movimentação mercantil, bulício, barafunda das feiras e mercados, o luxo que a riqueza proporciona, (ainda que às vezes só

<sup>87</sup> Gil. I, 239. 1527.

<sup>88</sup> Luis de Camões, *Obras completas*. Clássicos Sá da Costa, Lisboa. 1946-47, III, 22.

<sup>89</sup> Diogo Bernardes, *Obras completas*. Sá da Costa, Lisboa. 1946, II, 308.

de aparato), a ascensão social, baseada na riqueza e posse do dinheiro, desde os que partem aos que ficam na terra:

*Já ninguém nom quer usar  
da nobreza dos passados  
senam vinte mil cruzados  
ver se podem juntar<sup>90</sup>.*

Da Nobreza, por mais engulhos que tenha de engolir e por mais que o trabalho avilte, tem de entrar neste jogo. Diz o fidalgo da Província que vivia principalmente das rendas fundiárias e no “dulce far niente”:

*“Toda nossa fantasia  
estaa posta em folgar  
e às vezes em ganhar  
em qualquer mercadoria<sup>91</sup>”.*

Do clero nem se fala:

*Na cobiça dos prelados  
nom he já pera falar  
qu’em vender mais que rezar  
e em comprar som ocupados<sup>92</sup>.*

Do o plebeu ao mercador:

*“Fundemo-nos todos em haver dinheiro  
porque quer seja nosso quer seja alheio*

(referência ao dinheiro de empréstimo)

*he (ele) o Deus verdadeiro<sup>93</sup>*

*A nao vem bem carregada?  
.../...  
Porém, vindes vós muito rico?*

---

<sup>90</sup> *Cancioneiro*. II, 129.

<sup>91</sup> *Cancioneiro*. I, 344.

<sup>92</sup> *Cancioneiro*. I, 30.

<sup>93</sup> *Gil*. II, 231.

- *Se não fora o capitão  
eu trouxera a meu quinhão  
hum milhão, vos certifico*<sup>94</sup>

E lembre-se também a desolada obsessão geral traduzida pelo testemunho pessoal de Mendes Pinto, cuja maior e apressada ambição era sair-se rico em pouco tempo, entrar na terra com uma mula carregada de dinheiro - “que era então o que eu mais pretendia que tudo”<sup>95</sup>: *A minha ambição a minha glória e a minha felicidade estava em entrar em Montemor com nove ou dez mil cruzados!*<sup>96</sup>. O dinheiro, a fortuna, para todos se torna a grande obsessão do Século (ridicularizando-se a representação das linhagens e a nobreza de sangue:

*“Achareis rafeiro velho  
Que se quer vender por galgo  
Diz que o dinheiro é fidalgo  
Que o sangue todo é vermelho!”*<sup>97</sup>.

Gil Vicente assegura de outro que também se há de fazer fidalgo

*Mas... isso seria esperar  
De mau rafeiro ser galgo*<sup>98</sup>.

Na verdade, para espanto das prosápias antigas, hoje (só então?) *“um asno carregado de dinheiro, faz tudo quanto quer, e acaba tudo!”*<sup>99</sup>.

Por isso *“todos atiram a haver dinheiro, e não importa como”*.

As alcunhas têm aqui grande significado: por todas as capas sociais aparecem os “cheira dinheiros”<sup>100</sup>.

<sup>94</sup> Gil. V, 116.

<sup>95</sup> Gil. I, 10.

<sup>96</sup> Cartas e outros Documentos de Fernão Mendes Pinto. Ed. de Rebecca Kats, Lisboa. 1983, 40.

<sup>97</sup> Bernardes. I, 96.

<sup>98</sup> Gil. V, 358.

Foi um processo rápido de alteração. Por 1535/1536 vai por todo o lado, da sociedade à bolsa do Monarca, uma verdadeira “floresta de enganos”, lapidadamente retratada por Mestre Gil com o título da peça homónima. Na imagem de Miranda, uma confusão de baldes: “uns que sobem, outros que descem”!!<sup>101</sup>.

*Trinta mil deixa a senhora  
Neste desembargo seu  
(Porém não na esfolara eu  
S’ella doutra casta fora)<sup>102</sup>.*

*Tens tu lá tenças de vento.  
- O dinheiro quanto é?  
- Este papel dará fé,  
que he o seu conhecimento.  
- Mostraí ca, verei que he.  
- Bem estais:  
São corenta mil reais.  
- Senhor, eu estou enforcada  
E se vos não mos comprais  
ámanham sou penhorada.  
- Boa preza ! terá dito o tratante!  
Eu vos direi:  
Dez mil reais vos darei  
Estes logo em bons tostões!*

*- Ai Jesu  
Ai Jesu, que ah del rei!*

Pois é, não adianta:

*- Eu daqui não passarei  
Nem pesemos mais rezões!*

É um mundo cão:

---

<sup>99</sup> Bernardes. 1946, II, 303.

<sup>100</sup> João de Barros, *Décadas*, vg. II. 128; 133. Também, em Gaspar Correa, *Passim*.

<sup>101</sup> Sá de Miranda. II, 104.

<sup>102</sup> Gil. III, 180.

*A hũa viuva amara  
fazeis tamanha crueza  
Oh coitada da pobreza  
Que tudo a desempara<sup>103</sup>.*

Este tipo de dinheiro tornara-se um logro que se esvaía como o vento (“este dinheiro he hum vento” - diz Mestre Gil) e as tenças em dinheiro são, como vemos, igualmente tenças de vento<sup>104</sup>, constatando o mesmo que o Homem da Fazenda del Rei nosso Senhor: “papéis, papéis de sua Alteza que não há quem os queira e os compre”<sup>105</sup>. Por isso, os credores de S. A. exigem os pagamentos em bons portugueses de ouro, obrigando o Monarca a voltar atrás com a determinação, em 1537, que proibia a cunhagem destes portugueses de oiro, tostões e meios tostões<sup>106</sup>. Mas nesse negócio dos papéis fazem outros boa fortuna: “Esfola-se” a Senhora e a viúva, sacode-se mesteiral, depena-se o lavrador, adula-se o fidalgo que vai vendendo para manter o luxo e as prosápias e, como se vê, vareja-se duramente o próprio Monarca!

*por este quartell de vento  
de tantos anos perdido  
vos darei hũ goarnimento  
todo d’ouropel tecido,  
bem gentil e bem polido -  
mas haveis-me de fiar  
que mos deis desembargado  
despachado e ssynado  
e quem mo há-de pagar  
venha logo nomeado<sup>107</sup>*

*Sou capelao dum fidalgo  
que não tem renda nem nada*

<sup>103</sup> Gil. III, 178-179.

<sup>104</sup> Gil. V, 362.

<sup>105</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*. II, 315.

<sup>106</sup> Nunes Dias. I, 572.

<sup>107</sup> Gil. III, 197.

*quer ter muitos aparatos  
e a casa anda esfaimada*<sup>108</sup>

Outro - criado de um escudeiro:

*Mas... o demo que me tome  
Que morremos ambos de fome*<sup>109</sup>  
*Todo o fidalgo de raça  
em que a renda (fundiária) seja curta  
(ou que muito encolhe  
"como os panos de Alcobaça")  
he por força que isso faça*<sup>110</sup>.

Engordam outros, aumentando os seus dinheiros. Mas, Santo Deus

*Ganham-nos tão mal ganhados  
Que vos roubam as orelhas.  
Pola hostia consagrada  
E polo Deus consagrado  
Que os lobos nas ovelhas  
não dão tão crua pancada*<sup>111</sup>

Uma sociedade em que, sem dinheiro, ninguém tem o lugar de origem assegurado e onde, com ele, tudo se mexe e tudo se move, alterando todo o "estamento" social:

*Ca muyto bayxos, indinos  
de nobrecydos lugares prevaleçem  
e com rycos trajos fynos  
cadeyas d' ouro, colares*

(e como tilintam eles ritmando tantas estâncias do Cancioneiro!...)

*engrandeçaem.  
Aos nobres sem dinheyros  
Nam the catam methoryas*

---

<sup>108</sup> 1527. Gil. V, 333.

<sup>109</sup> Gil. V, 58.

<sup>110</sup> Gil. V, 338.

<sup>111</sup> Gil. V, 363.

*Porque cayam*

(*uns caem e descem outros se levantam e sobem*, como os baldes de Miranda nos poços da fortuna, se cheios, se vazios da pecúnia)

*Menospreçam cavaleiros  
Onde se cavalaryas  
nam ensayam*<sup>112</sup>.

*Por trajos demasiados  
Em que todos (já) sam igoais  
Sam confusos  
Os tres estados danados,  
Alterados mesteyraes em seus usos*<sup>113</sup>.

Por Flandres, Alemanha, França ou Veneza,

*Não he como nesta terra  
Porque o filho do lavrador  
Casa lá com lavradora  
E nunca sobem mais nada*

*E o filho do braslador  
Casa com a brosladeira  
Isto per lei ordenada  
.../...  
tudo sem presunção  
tão chãos que pouco lhes basta  
e os filhos dos lavradores  
pera todos lavrão pão*<sup>114</sup>.

Por todo o lado, o luxo e a ostentação e a sobrançeria que isso a todos empresta:

*desvairados vestidos  
que se mudam cada dya  
nom vejo nehûa vya*

<sup>112</sup> Cancioneiro. I, 93.

<sup>113</sup> Cancioneiro. I, 93.

<sup>114</sup> Gil. V, 359-360.

*para serem comedydos*<sup>115</sup>.

*Gastos muy demasiados  
em joyas, prata, lavrados  
perfumes e desfiados  
tapeçarias dobradas,  
as conservas, o comer  
vestidos, donzellas teer  
has camas e hos estrados!  
(Vejam lá, até)  
por vinte cruzados (vi)  
luvas de coiro vender!!*<sup>116</sup>.

E as mulheres dos escrivães - (mestres de burlas / - que por tão prosperados / devem ir ao lado dos cães<sup>117</sup> (*já nam são* (qualquer) *besta albardada*) - Toda ela, desde a mais pequena vila, *cuyda que he hũa raynha*<sup>118</sup>.

*Em resultado do dinheiro,  
e do luxo do trajar,  
do beber e do manjar  
o último se torna o primeiro  
tudo fica alterado  
todos os estados danados  
em seus usos,  
os rabos alevantados*<sup>119</sup>.

Excesso de luxos que leva aos endividamentos. Mesmo de muitos dos *sãos* ou *que têm fazenda*.

Os salários que não acompanham a subida dos preços. Queixas do mesteiral, da tecedeira (que *não ganha vintém*) ao sapateiro, do criado e serviçal ao aconteado do grande ou do pequeno fidalgo:

*ora eu recebi cem reaes*

---

<sup>115</sup> *Cancioneiro*. I, 30-31.

<sup>116</sup> Resende, *Miscelânea*. 369.

<sup>117</sup> Gil. II, 73.

<sup>118</sup> *Cancioneiro*. I, 31; II, 145.

<sup>119</sup> *Cancioneiro*. II, 297.

*em três anos, contae bem!  
 (fydeputa de miséria)  
 Tenho aqui meo vintem!*<sup>120</sup>

Também disso se queixa Mendes Pinto, levando-o à aventura e à emigração: “salário, (moradia) que não bastava para minha sustentação” (1530-35)<sup>121</sup>.

Não admira, por isso, que cresça o recurso à esmola e à pedinchice (o desprezo pelo trabalho também para isso contribuiu), atingindo proporções de praga mesmo de gente apta para o trabalho e que têm bens próprios:

*Uma casta de ociosos  
 Sem querer nada fazer  
 Deixar o tempo perder  
 Pollas praças pollas ruas  
 Andam vagamudeando!*<sup>122</sup>.

A praga obrigou a legislação própria, impedindo o esmolar (e compelindo ao trabalho) os *sãos e os que têm fazenda*<sup>123</sup>. Chegou ao privilégio o esmolar (para os outros - mas algum sempre ficava)!

### O Quadro das actividades internas. “O país das sisas”

A falta de estudos e de dados quantitativos sobre esse quadro interno tem pois praticamente reduzido a observação económica ao fluxo dos tratos externos e da “saúde das finanças régias”.

Mas nos sectores internos, as referidas crises financeiras ora passaram ao lado da produção interna, agrícola e mesteiral (não obstante a presença de alguns anos difíceis), ora nos mostram, sobretudo, que não serão, algumas delas, apenas meramente financeiras nem meramente mercantis.

<sup>120</sup> Gil. 336. 1527.

<sup>121</sup> Peregrinação. I, 7.

<sup>122</sup> Resende, *Miscelânea*. 368.

<sup>123</sup> Joze A. de Figueiredo, cit., I, 380.

O retrato que nos dá Mestre António aí está a sublinhar: produção agrícola e actividades complementares em franca expansão: Pelo Entre Douro e Minho, as mulheres e filhas dos lavradores ostentam excelentes sinais exteriores de riqueza, taças e outras peças de ouro e prata, aparatosos brincos, bons colares de ouro e outras missangas e adornos (rivalizando com muitos escudeiros e fidalgotes<sup>124</sup>. Até um sector social em expansão, ainda que gravemente bloqueada por não terem onde aplicar seu dinheiro, por 3/4 da terra ser dos eclesiásticos, (*terras do Papa* - lhes chamaria Mestre Gil) do Rei e dos Nobres.

Terras de cultura em expansão pelo Entre Douro e Minho, sobretudo em torno das frutas, vinhos e pomares. O mesmo se observa por Coimbra na mesma altura: Por 1514, é notória a expansão e melhoria das terras de cultivo, de que resultam aumentos de produção (resultado também de mais mão de obra envolvida). Expansão que se esperava continuar pelos tempos posteriores<sup>125</sup>. Tudo isso nos testemunha Resende. Não vemos, nos limites cronológicos dados pelo Cancioneiro (1516), dificuldades nestes sectores, antes, ostentação e luxos generalizados, crescimento da produção, da agrícola à mesteiral, sublinhando-se, neste particular, a circulação de panos de fabrico nacional na sua diversidade: do Norte às Beiras, de Alcobaça à Covilhã e ao Sul do País, por lugares vários do Alentejo. A agricultura nacional parece ter sido de atracção para os vizinhos de além fronteira, comprovados a Norte e Beiras pela tomada e presença de terras de pastoreio, no Sul por áreas de cultura, como aconteceu nas terras de Moura e Serpa em 1510, onde se instalaram para lavrar e semear<sup>126</sup>. Casos

---

<sup>124</sup> Mestre António, *O Tractado sobre a Provincia d'antre Douro e Minho*. Ed. A. da Rocha Brito, Coimbra. 1935, 12.

<sup>125</sup> António de Oliveira, *Vida Económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra. 1972, II, 147.

<sup>126</sup> Gavetas da Torre do Tombo. III, 715-722.

únicos? litígios? De qualquer modo, é inegável a disputa das terras para fins agrícolas! E o processo parece ter sido muito mais activo e importante no circuito dos grandes centros. Por 1509, vai grande tomada de terras na circunferência de Lisboa para se cobrirem de vinhas, pomares, e hortas, por vezes em luta com o pastoreio dos gados<sup>127</sup>, outras para investimento em rendas.

Registam-se arroteios, secagem de pântanos e terras alagadiças, mesmo que os arroteios fomentados por D. João III tenham sido primariamente uma tentativa de resposta às crises frumentárias: desde a de 1521 às da década de trinta<sup>128</sup>. Mas o certo é que as áreas de cultura viram alguma expansão, mesmo antes da resposta por parte da Coroa a essas perdas. Os melhoramentos no Vale do Mondego são anteriores (com claras melhorias na produção)<sup>129</sup>. E tanto Resende como Gil Vicente testemunham “as terras novas” que vieram a cultivo, ainda que os resultados (mercê de outros circunstancialismos alheios) não tivessem vindo resolver as necessidades de consumo dos grandes centros (isto é, essencialmente Lisboa - uma das primeiras concentrações demográficas da Europa de então), como em breve se irá verificar. Mas são tempos diferentes em Quinhentos, como são também tempos e cronologias diferentes de sector para sector

*Vi muitos matos romper  
Grandes paúles abertos  
muytas herdades fazer  
em terras, matos desertos*<sup>130</sup>.

<sup>127</sup> Livro IV dos Reis, cit., 143.

<sup>128</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*, II, 263.

<sup>129</sup> O Regimento das Valas do Mondego data de 1513-18; Também, Arquivo Municipal de Évora. COD-cxxviii / 1-3, nº 3. Como também noutras terras. Paúis de Anquinhos e Oes da Ribeira em 1518 dizendo-se da grande vantagem e satisfação por tomarem terras de pão às matas e aos incultos (Cardeal Saraiva, *Obras Completas*, vol. VI, 306-307.

<sup>130</sup> Resende, *Miscelânea*. 370.

E Gil Vicente viu também “romper muitos matos maninhos” e conquistarem-se muitas “terras novas”<sup>131</sup>.

D. Manuel permite excepcionalmente as queimadas no Entre Douro e Minho, para que os povos pudessem alargar as terras de cultura. Sinal evidente que as áreas de cultura estão em expansão.

As veigas e terras fundas dos vales são bem aproveitadas (das ribas do Tejo aos campos do Mondego e de Aveiro, aos vales do Minho e até do Douro e Trás-os-Montes. É por elas que, a par do novo cereal, se expandem outras novas culturas. Testemunhou-o Mestre Gil, ao ver “semear os rios” (as veigas dos rios). Mas por outros lados também (por 1525):

*Por Coruche Almeirim:  
são terras novas, guardadas  
que nunca foram lavradas.  
Ô que matos pera pão  
Que vales pera açafão  
E canas açúcaradas*<sup>132</sup>.

De Viana do Lima, em cujas veigas do litoral - como são os campos de Areosa - se registam excelentes índices de rendimento por semente nos trigos que se equiparam aos das melhores terras da Europa. Daí está saindo pão para diferentes destinos, por esta mesma altura como também pelo Porto, do genérico das terras de entre Douro e Minho<sup>133</sup>. A esse tempos, sem grandes dificuldades, se refere Resende

*E viimos já lavradores  
pagar seus dizimos bem  
Pagar bem a seus senhores  
Dar-lhes Deus annos melhores  
dos que agora lhes vem*

---

<sup>131</sup> GV. V, 359.

<sup>132</sup> Gil. V, 276.

<sup>133</sup> Aurélio de Oliveira, *Mercados Norte do Douro*.

(Refere-se - o agora - aos anos 30-32)<sup>134</sup>.

Há outros testemunhos dessa expansão e desse bom aproveitamento de terras e de boas produções obtidas nesse primeiro quarto de século, mesmo nos cereais: Boas produções e boas rentabilidades pelo Minho<sup>135</sup>. Pelas terras do Sul, as referências vão no mesmo sentido: investimento em terras e boas produções de cereal. Campos ao redor de Lisboa (que se encham de herdades e quintas. Terras férteis pelo Vale do Tejo até Santarém, tão fértil que sobrepuja todas as outras, pois, com leves trabalhos agrícolas, produz anualmente em pequenas extensões enormes montes de trigo”. O mesmo pelos campos de Alenquer<sup>136</sup>, e Tomar, de Coimbra a Aveiro, de Coruche a Almeirim e outras terras. Bernardes refere os excelentes trigos que se colhem - “segundo ouço dizer” - pelos Campos de Torres Novas-Santarém “trigo espantoso”<sup>137</sup>. Na totalidade e variedade das suas culturas, um vale farto e bem arroteado e geralmente excedentário até 1532 o mesmo se podendo verificar nos campos do Mondego. Segundo estudo recente, auto-suficiente em pão até 1537<sup>138</sup>, tendo, pois, resistido bem (o que não quer dizer não tivessem, uma e outra das áreas, passado incólumes pelos apertos da década de Vinte) até às solicitações dos tempos anteriores.

E não deixa de impressionar que a agricultura nacional totalmente discriminada e penalizada com as leis de D. Manuel desde os inícios do Século, consiga meter ainda excedentes em quantidades bem significativas em Lisboa e num volume regular pelo

---

<sup>134</sup> Resende, *Miscelânea*. 367.

<sup>135</sup> 1506. *Livro 1º das Provisões*. fl. 56, 62, 63, 66, 86 referente a 1513.

<sup>136</sup> Damião de Góis, *Descrição de Lisboa*. Ed. Raul Machado. Lisboa. 1937, 39, 55, 57.

<sup>137</sup> Bernardes. II, 307. No mesmo sentido vai o testemunho de Bronsesval, nesta parte do Território. (cf. Dom Maur Cocheril, *Une description de Portugal au XVI Siècle*. Arq. do Centro Cultural Port. Gulbenkian. vol. III. Paris. 1971.

<sup>138</sup> António Oliveira. II, 147.

menos até 1519. A sisa do pão é, a seguir à dos panos, a mais elevada nas rendas da Cidade<sup>139</sup>. Quer dizer, não contente com a discriminação, o homem das especiarias ainda ia rapar e cobrar à produção agrícola nacional dos cereais uma significativa maquia para “assentar” nos seus apaniguados!...<sup>140</sup> No ano de 1519, deu-se uma quebra significativa nos montantes de uns 33% (quebra menor, mas também presente na sisa das frutas: -17%)<sup>141</sup>, sublinhando a crise e possivelmente o início de um novo comportamento, sobretudo para os cereais.

Datará precisamente desta mesma altura o começo significativo da fuga de muita gente dos campos. Por entre as *Farsas* e os *Autos*, Mestre Gil regista a fuga de muitas e, logo, desses também dos férteis campos de Coimbra que, entretanto, vão sendo ocupados com o novo cereal. Se desde antes alguns teriam iniciado o processo, é inegável que, por estes anos, se acelerou. Não tendo com que alimentar os filhos, partem à aventura, até porque “quem não anda não ganha”<sup>142</sup>. E os tempos agora aconselhariam a andar, e depressa!

A crise de 21/22 não é apenas meramente financeira nem meramente mercantil. O testemunho poderá representar apenas uma pequena porção dos enormes gastos da Coroa com todo o instrumental não agrícola, mas para além e na sequência das perdas agrícolas de 520-21, os gastos com aprovisionamento de cereais atingiriam somas preocupantes para as finanças régias. Disse o Vedor da Fazenda e Fr. Luís de Sousa registou-o: “começou então el rei a gastar neste provimento, *com tanta* (toda a) *liberdade* (isto é, liberalidade. Provavelmente, pois, até para além das estritas

---

<sup>139</sup> Vide *Cadernos dos Assentamentos*, in “Arch. Hist. Portuguez”. Vol. VIII e X. *Passim*.

<sup>140</sup> Vide também Cardeal Saraiva, *Obras Completas*. Vol. IV, 189 (1514 numa renda de 3.885\$000 mandando assentar à rainha 1.440.000).

<sup>141</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>142</sup> GV. III, 143-144.

necessidades mínimas) que se achou importara de dano pera sua fazenda mais de cinquenta mil cruzados de cabedal dentro de pouco tempo”<sup>143</sup>. Voltaria a acontecer o mesmo por ocasião dos apertos de 1535 (vide infra) e de 1545/46-52) (com a constatação de anos de crise nem sempre coincidentes com as datas marcantes da crise mercantil ou financeira do Reino). Importando-se muito, seguramente além das próprias necessidades nacionais (em cujo negócio os mercadores recomendavam já “o melhor segredo”), afogava-se a produção nacional. Mais uma vez, para quê produzir? Num país totalmente desarticulado do ponto de vista geográfico por ausências de vias de comunicação e transporte e totalmente fraccionado do ponto de vista administrativo por uma miríade de fronteiras internas, que nem a autoridade do monarca muitas vezes conseguia remover<sup>144</sup>.

Importações para além do necessário, mas onde os mercadores ganhavam grossas maquias (por isso recomendavam segredo)! A compra e oferta de cereal ao Porto, por parte de Manuel Cirne, da mais alta burguesia portuense e na altura Feitor del Rei na Flandres, documenta mais esta realidade. Comprou muito pão para debelar as graves dificuldades com que se debatia a cidade na crise de 1538-39: mas comprou ou gastou em excesso. Ficou muito cereal por vender. Em princípios de 1540, estavam ainda 400 moios de trigo por despachar<sup>145</sup>. Nem ao custo da compra a crise o comia! E, depois, não deixando a edilidade sair com ele para Lisboa, o que se não degradou teve que ser vendido ao desbarato (com manifesto prejuízo dos produtores nacionais).

---

<sup>143</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*, I, 66.

<sup>144</sup> Freire de Oliveira, *Elementos*, I; A. Oliveira, *Fronteiras internas uma realidade a equacionar no Antigo Regime*, em “Memórias das Fronteiras. O Contrabando e outras Histórias”, CENPA, Porto, 1997.

<sup>145</sup> M. Basto, *No Tempo dos Feitores da Flandres*, em “Estudos Portuenses”. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Reedição, 1990, I, 43-50.

### “Os tempos” da crónica vicentina

A cronologia da produção literária de Gil Vicente foi arrumada por Marques Braga em 4 épocas: 1ª - 1502-1508; 2ª - 1508-1516; 3ª - 1516-1525; 4ª - 1525-1536<sup>146</sup>.

Não se pretende nenhum exercício de sobreposição, mas a leitura dos textos vicentinos na base dessa cronologia apresentada (que do ponto de vista que vimos tratando deverá merecer acertos) mostrará, por vezes, reflexos bem palpáveis (às vezes, directos, do que se estava passando a nível do comércio ultramarino e do comportamento da coroa e dos particulares, a nível do quotidiano social e do quotidiano económico).

Para já, e numa observação global da cronologia vicentina, constatar-se-ão, de um modo geral, a ausência de dificuldades até ao início da terceira fase (1516-1525) e um avolumar de referências ao estrangulamento económico e às consequentes dificuldades sociais a partir de então (1521/22) que, passando por 1536, caminhará para uma maior agudização até à última grande crise de meados do Século, com que aqui balizamos esta síntese.

O crescimento da riqueza e do bem-estar até 1515 / 16-18 traduz-se numa genérica falta de alusões a dificuldades, quer por parte da Coroa, quer dos particulares. Pelo contrário, o que vemos por todo o lado é o luxo, a ostentação, a comesaina, o canto e a folia. E é esse o panorama que se colhe até aos inícios do reinado de D. João III (que sintomaticamente começa por uma crise interna de consequências muito graves precedendo a crise financeira).

Até aí, pedras preciosas em profusão, nos vestuários e nos adornos, sedas, damascos, panos de luxo, até às “camisas lavradas a

---

<sup>146</sup> Marques Braga, *Obras Completas*. I. Introdução. Cronologia que do ponto de vista do testemunho económico e social poderia sofrer ajuste. Mas matemos aqui a sugestão apresentada.

ouro”. Algumas até encomendadas aos então “costureiros” da Flandres!<sup>147</sup>:

*Ouro aljofar, pedraria  
gomas e espeçearya  
toda outra drogarya  
corre agora em Portugal.  
Porcelanas, diamantes  
he já tudo muy geral!*<sup>148</sup>.

Profusão de contas e missangas. O ouro e a prata que, depois da condecoração de Fernão Gomes da Mina<sup>149</sup>, todos trazem ao colo. É que

*que antre todos os metaes  
vale mais este colar d’ouro  
que de ferro quatro quintaes!*<sup>150</sup>

e os tecidos e artefactos de luxo, das sedas e panos raros, com que se cobrem as pessoas e até as alimárias:

*Nada disto anda a sós.  
té as alimárias blasonam.  
Em mulas se viram selas  
com mil franjas de retos!*<sup>151</sup>

a profusão das especiarias, dos perfumes, dos unguentos:

*todo o genero de perfumaduras  
(quais óleos santos)  
que, espalhadas pel umbigo  
até salvão as criaturas!*<sup>152</sup>

*Vimos cadeas, collares  
Ricos tecidos, espadas*

<sup>147</sup> Gil, IV, 108.

<sup>148</sup> *Cancioneiro*. II, 247.

<sup>149</sup> Vide Fernão Gomes da Mina Mercador e Conselheiro de Monarcas. (Prelo).

<sup>150</sup> *Cancioneiro*, 276-77.

<sup>151</sup> *Cancioneiro*. II, 171.

*Cinctos e cinctas lavradas  
Punhaes, bortas , alamares,  
Muytas cousas esmaltadas:  
arrees quanto lustravam  
Soo com vestidos frisados  
Com taes peças arrayados  
Os galantes muyto andavam<sup>153</sup>.*

Por todo o lado,

*Gastos mui denmasiados  
em jóias, pratas lavradas  
perfumes e desfiados  
tapeçarias dobradas  
as conservas o comer  
vestidos, donzellas ter  
has camas e hos estrados  
vimos per vinte cruzados  
luvas de coiro vender<sup>154</sup>.*

É o período das casas e construções aparatosas a que se meteram a Coroa e os particulares:

*vimos seu edificar  
no Reino fazer alçar  
paços igrejas mosteiros  
Vimos os reino renovar<sup>155</sup>.*

Dispêndios enormes, para o perigo dos quais, na verdade, já chamava a atenção Mestre Gil por 1513, quando, pelas cidades e vilas, presenciava o desaparecimento das “casas pardas” substituídas pelos palácios e esplendorosas construções

*Oh! Deixae de edificar  
tantas camaras dobradas  
mui pintadas e douradas*

---

<sup>152</sup> Gil. I, 210.

<sup>153</sup> Resende, *Miscelânea*. 361-62.

<sup>154</sup> Idem, 369.

<sup>155</sup> Resende, *Miscelânea*. 143.

*que he gastar sem prestar  
.../...  
não queiraes ser genoves  
se não muito português  
e morar em casas pardas*<sup>156</sup>.

E, noutra passagem: “soberbos palácios, soberbas herdades”<sup>157</sup>. Por muita parte do reino, muitos “telhados novos”.

É esta sociedade despreocupada, feliz, em crescente bem-estar económico que se retrata, de um modo geral, no *Cancioneiro* de Resende e que se confirma nas obras de Gil Vicente que cobrem este período. Aí estão *As tentações da Alma* (e do Reino) em 1508: luxos (de todo o tipo, do folgar ao trajar).

Tecidos e panos de toda a sorte e de toda parte,  
dos mais ricos e pomposos,  
*pedras e esmaltes preciosos,*  
*colares de ouro, pérolas,*  
*espelhos, perfumes e brincos*  
*damascos, sedas e brocados*  
*chapins de Valencia*  
Toda a sorte de adornados!  
E também,  
(como todos podem ler),  
tempos, de muito folgar  
de beber, dançar e de comer!<sup>158</sup>.

Poderíamos coroar a referência a esses anos com o testemunho de Pedro de Mariz: “Em seu tempo (D. Manuel) andou a pobreza desterrada deste Reyno, nem havia nelle tristezas, nem

<sup>156</sup> Gil. IV, 147-48.

<sup>157</sup> Gil. VI, 194.

<sup>158</sup> Gil. II, 1-37. *Passim. Cancioneiro, Passim* (Vide nosso *Mestre Gil, Resende e Miranda com os vinhos em demanda*); Miranda. I, 64. Vide também Ribeiro Chiado, *Auto da Natural Invenção*, 76.

queixas nem lamentações se ouvião, e em lugar dellas alegrias e musicas soavão”<sup>159</sup>.

*Foram, (então ) os dias principaes  
festas, bailes, galantaarias  
(servidas por iguarias)  
que non podia ser mais”<sup>160</sup>.*

Seriam, sem dúvida, os tempos da melhor “caça” em Portugal (Vide *Da caça que se caça em Portugal*<sup>161</sup>).

*Jamais vyrom mundo tal  
Para todos em geral  
parecia certo(e seguro)  
o tesouro terreal!<sup>162</sup>.*

As coisas mudariam demasiado rapidamente. Com o aperto dos tempos, procurou pôr-se um travão a tudo isso, como se documenta com a Pragmática de 1535 que, sem dúvida, deste ponto de vista, marcará a inflexão<sup>163</sup>.

Esse primeiro bom momento teve, desde logo, imediato reflexo nos preços: subida e mexida nos preços, dos géneros e bens começa cedo. Desde 1508 que está activando a procura de terras (investimento e compra não só de casais “que dão boa renda”<sup>164</sup> mas também em “soberbas herdades”), de que resulta uma subida nas rendas agrícolas<sup>165</sup>. Disse, então, Mestre Gil que olhar por (este tipo de) fazenda “é bom aviso”<sup>166</sup> de parceria, é certo, com as dificuldades que começam a sentir aqueles que directamente as fazem produzir. Referências aos salários e às jornas (e nestes,

---

<sup>159</sup> Pedro de Mariz, *Dialogos de Varia Historia*. Ed. 1788, 536.

<sup>160</sup> Resende, *Miscelânea*. 357.

<sup>161</sup> *Cancioneiro*. II, 247-249.

<sup>162</sup> *Idem*, 249.

<sup>163</sup> Figueiredo, *Synopsis*. I, 355.

<sup>164</sup> Gil. II, 19.

<sup>165</sup> Vide Miranda. II, 90.

<sup>166</sup> Gil. II, 19.

sobretudo, os agrícolas) que se mexem com muito atraso em relação aos restantes géneros. Mestre Gil dá logo sinais desses tempos, nesta altura:

*toda soldada que gano  
Se me pierde de la mano*<sup>167</sup>

A conjuntura dos inícios do Século, coincidente com a primeira das crises financeiras apontadas, parece não ter afectado muito o quadro interno, ainda que alguns anos de más colheitas tenham afligido algumas franjas sociais e que algumas pancadas de doenças e pestes (quase sempre associadas a esses anos de perda agrícola) se tenham, de facto, verificado. Referimos os anos de 1504-1506 que atingiriam sobretudo o Sul do reino, sendo certo que também apertou pelo Entre Douro e Minho (com problemas de certa gravidade já desde 1503) e ainda mais em 1506. Mas, mesmo assim, ainda se conseguiram por aqui apertar alguns alimentos para socorro de algumas terras do Sul<sup>168</sup>.

Tanto do ponto de vista demográfico como da produção, a recomposição foi rápida, e os tempos que genericamente cobrem o reinado de D. Manuel viram-se livres dos apertos que depois se verificaram, com particular agudeza, depois dos anos de trinta / quarenta.

Deve acrescentar-se que esses primeiros tempos coincidiram com anos climáticos genericamente favoráveis. Esses anos de esterilidades e de crises frumentárias atingiram sobretudo o sector dos cereais. Estão todos genericamente conotados com anos excessivamente quentes (ou secos), particularmente acentuados depois dos anos de 1518-1521/22. Esta conjuntura climática fez com que fossem particularmente atingidas as terras do Sul, genericamente sempre mais castigadas que as do Norte, ainda que

---

<sup>167</sup> Gil, I, 12.

<sup>168</sup> AHCP, *Livro das Provisões*. 56, 63, 66.

as crises de 20/23 e 1529/32, 38-39 e 1544/46 sejam praticamente gerais e esta última muito grave pela parte Norte, sobretudo nas Beiras e no Entre Douro e Minho<sup>169</sup>. “Os sinais do moribundo” apareceriam entre essas duas últimas crises, a um tempo documentando alterações internas importantes e, da parte da super estrutura do Estado, praticamente definitivas.

Na crise 1521/22 (iniciada em 20 e sobrando ainda para 1523)<sup>170</sup>, os preços dos cereais atingem, em Évora, valores verdadeiramente proibitivos

*Vimos em Évora valer  
Os moyos de pão yguaes  
quinze vinte mil reaes  
agora os vemos vender  
a septenta mil e maes*

*anno vi tam abastado  
que a octo reaes comprado  
foy o alquyre de pam  
outro vi em que nam  
se achava por hû cruzado<sup>171</sup>*

A crise de 31/32 não seria menor que a anterior e não foi de menores consequências. Um terreno debilitado agravou a “benignidade” da crise: correu o pão a menor preço. Todavia, “por que caso que em outro tempo mais valesse mas (todavia), esta era a derradeira fome, parecia mais cara”<sup>172</sup>.

Eis porque, do ponto de vista agrícola e da produção interna/agrícola, marcamos a inflexão. Mais do que estagnação se vem verificando, desde os anos vinte, a entrada em recessão, (no mínimo, crescimentos negativos) antecipando a quebra das finanças

---

<sup>169</sup> Vide nosso *Clima e colheitas em Portugal*. (Prelo).

<sup>170</sup> Cristovão Rodrigues de Azinheiro, *Crônicas dos Senhores Reis de Portugal*, in “Collecção de Ineditos de Historia Portugueza”. Lisboa. 1936. T. V, 343.

<sup>171</sup> Resende, *Miscelânea*. 370.

<sup>172</sup> Acenheiro, 358.

da Coroa e da super-estrutura do Estado. O ponto de viragem, nestes sectores, não está tanto em 1549-52, mas fica desencadeada com as dificuldades visíveis na grande massa da população campestre que resiste nas suas terras e persiste na produção cerealífera. Entretanto, alguns sectores vão continuar a registar sucesso, por vezes, muito significativo, pelos tempos posteriores.

A crise financeira de 31-35 marca aqui uma cesura importante que, a vários títulos, nos permitirá falar de uma crise não meramente passageira. Veio para ficar e os seus ressaibos e sequelas permaneceriam visíveis em todo o tecido social e económico, sendo que o sector das finanças régias nunca mais se verá livre das enormes perdas económicas e financeiras que se concentraram nesses anos e depois desses anos.

Na última fase, os significativos testemunhos dados por Mestre Gil acerca do sector agrícola e mesteiral, perpassando por todos os aspectos positivos e negativos dos excessos da riqueza (facilmente acumulada) e do luxo e dos seus perversos efeitos morais em todos os escalões da sociedade com gravidade e com particular denúncia sobre a generalidade do clero, chegando Gil Vicente aqui a testemunhos (ou acusações?) directos por vezes gravíssimos que vão desde a ignorância à perversão social e moral. Não o puseram a assar na fogueira enquanto viveu. Diga-se, com justiça para esses tempos, que muitos puderam dizer e testemunhar coisas das pessoas, das corporações e das instituições que hoje seria ainda muito arriscado “botar” na praça pública.

É nesta última fase dos escritos de Gil Vicente (de 1525 a 1537 - ano da sua morte - não vindo, pois, a assistir aos anos ainda mais difíceis da década seguinte e de meados do Século) que se cumulam as referências à difícil situação económica por que vão passando algumas capas sociais (não esquecendo nunca que os tempos de vacas magras para uns são sempre os tempos das vacas gordas para outros). E este fenómeno está também presente na obra vicentina.

Sectores beneficiados: o das capas altas da sociedade apontando os contrastes do luxo, dos abusos (da administração central à local, da Religião à Justiça) e da ostentação e da degradação, desde o clero à nobreza de que só isenta (por vezes com alguma dificuldade) os que se vão “lavar” às praças do Norte de África (como algumas habilidades de “desenrascanço” por parte dos lavradores para quem Mestre Gil mostra maior condescendência, denunciando, aliás, o “esfolamento” sucessivo a que vem estando sujeito). Entramos na *fase da agudização do contrastes*. De apertos e de crise já evidentes para alguns estratos sociais, que não irão parar de se acentuar nos tempos subsequentes. E é esse um dos factores que acelera a fuga das populações dos seus quadros e actividades de origem, contribuindo para o aumento da migração interna e da emigração para os espaços ultramarinos, e para o sector do mais rápido e mais espectacular desenvolvimento: o do comércio.

Ao testemunho da Crónica de Andrada deve juntar-se, pois, desde logo, a “fantasia “ elogiosa (?) da altura do beija-mão a D. João III. Confessa Mestre Gil que não ouvia todo o “falado” dos beijantes, mas lá foi anotando:

É!...  
*ocupeí o cuidado*  
*(com) o que cada hum diria*  
*assi de minha fantasia*  
*(Desse modo se precavia*  
*dos validos do reinado!)*  
*segundo vi o passado.*  
*(e) a mudança que via<sup>173</sup>.*

Usando o duque de Bragança:

*Esta supita mudança*  
*bem parece obra divina!*

---

<sup>173</sup> Gil. VI, 217.

(que grande “elogio” e expressivo “letreiro” de Mestre Gil ao rei que se partia!...)

Pela língua do Marquês de Vila Real:

*Governae pelo antigo  
que este pasto (já) está em perigo!*<sup>174</sup>

e o bispo de Évora afinava pelo mesmo: “Eis o redentor”: *homo missus a Deo, governae pelo velho!*

O conde de Marialva:

*está agora o Reino povoado  
mas todo este gado  
anda muito arrepiado!*

Pelo Conde de Penela a um tempo reprova comportamentos antigos e assinala o desfavor de algumas capas sociais”

*sede isento e liberal  
Provedor dos lavradores  
Pae dos povos menores  
C’os grandes muito Real  
E moderados favores*

(Tinha sido um rega-bofe com D. Manuel e o novo Rei não conseguiria, alfim, pôr-lhe termo - “foi havido por descuidado”<sup>175</sup>. Pelo Conde da Feira e também de Alcoutim reforça o testemunho e a recriminação aos tempos passados, ao desregramento da Justiça - uma forte estocada aos “expertos” das leis - e aos imoderados favores do Paço, ao abuso e excesso e à comedoria dos aconteados

*A todo o julgador  
deis gram tença de temor  
(não tenças e moradias  
de ouro e de honor)*

<sup>174</sup> Idem, 219.

<sup>175</sup> António de Castilho, *Crónica de D. João III*, 359. Os testemunhos do lado espanhol não são nada abonatórios para D. João III.

*perque o povo coitado  
não coma o pão de dolor<sup>176</sup>  
Açamai vossos criados  
Que não vivem do seu!  
Mas, como diz a grosa,  
da vossa tença, gulosa<sup>177</sup>*

Enfim,

*Diria o Povo em geral:  
Bonança nos seja dada  
Que a tormenta passada  
foi tanta e tão desigual  
que no mundo é soada<sup>178</sup>*

Por 1527: reforçava-se por todo o lado a desigualdade e as contradições

*Tanto luxo, tanta ostentação  
Tantas manhas no viver  
luzida Corte,  
armada de festas e galas  
Ocupada  
no mais próspero prazer<sup>179</sup>*

Do outro lado, do meio rural, um povo sempre explorado (por isso todos porfiavam em quebrar o espartilho das origens (do sangue e da terra), apressando-se - os que puderam - em deixar os campos e algumas das actividades tradicionais):

*Este povo sempre gravado  
Que já mais fazer não pode*

Do coração do Minho, testemunhava Miranda: (no contraste denunciador da parábola entre o rato magro do monte (na Província) - (“*onde é segura a pobreza*”) e o rato gordo da cidade).

---

<sup>176</sup> Idem, 221.

<sup>177</sup> Idem, 221.

<sup>178</sup> Idem, 225.

<sup>179</sup> Gil. IV, 58-60.

Em Lisboa, na urbe,  
*Paços dourados*  
*cheirosos inda da cea.*  
(Aqui, por esse reino,  
pelo mundo campesino)  
*Ficam os casais colmados*  
*por sempre do sol torrados*  
*Fica a faminta da aldeia*<sup>180</sup>

Das casas colmaças, esburacadas que não protegem nem das calmas do estio nem dos nevões do inverno, que assassina dentro de portas, como nos transmite Rui Fernandes ali das Beiras, das Terras de Lamego, e Baião, também por esta altura<sup>181</sup>.

Agudização dos contrastes sociais e das diferenças económicas. O contraste seria ainda mais chocante, se nos lembrássemos do retrato arquitectónico e urbanístico de Lisboa deixado por Gois: “a grandeza e a magnificência da cidade são tamanhas que serão difíceis de contar. Grandes e numerosas construções de príncipes, de nobres e de particulares, construídos com tanta elegância e sumptuosidade que mal se pode acreditar: paredes interiores e arcadas cobertas em toda a extensão com madeiras preciosas da Sarmácia, obras de talha, ouro e pinturas de várias cores”. Um luxo e uma ostentação aristocrática (da nobreza e da burguesia) que se prolonga para além do tecido urbano propriamente dito: Nas redondezas “muitas construções de quintas sub-urbanas de admirável elegância e grandeza”<sup>182</sup>. Rodrigues de Oliveira contou por aqui mais de seiscentas destas quintas e solares<sup>183</sup>. Muitos destes são da burguesia endinheirada, “desses

---

<sup>180</sup> *Miranda*. II, 78.

<sup>181</sup> Rui Fernandes, *Descrição do Terreno em roda da cidade de Lamego (1531/32)*, em “Collecção de Ineditos de Historia Portugueza”. Lisboa. 1936, T. V.

<sup>182</sup> Damião Góis, 39; 43.

<sup>183</sup> Sumario em que brevemente se contem algúas cousas... que há na Cidade de Lisboa. Ed. Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa. 1987, 104.

crístãos novos engraxados”<sup>184</sup> que investem nas terras e na representação social. E não apenas na Capital. João Rodrigues de Sá (certamente o homem mais rico do Porto) constrói e vive num palácio digno dos príncipes do Renascimento!

A situação agudizou-se a partir de 1531/32. A partir de 1529, os bens concelhios de Lisboa (terá este fenómeno sido exclusivo de Lisboa?) foram parar às mãos da aristocracia de sangue e de dinheiro, “concedendo - o monarca - *para maior grandeza e enobrecimento da cidade* (!...) aforar as propriedades e bens municipais a fidalgos, cavaleiros e a outras pessoas defesas em direito”<sup>185</sup>, estrangulando a estreita faixa da propriedade alodial e alargando as dependências. Teriam sido elas, ao menos, arroteadas e postas ao serviço dos cereais? Não, principalmente, nesta altura, onde ali perto, chegava, privilegiado, o trigo barato do estrangeiro. Para os vinhedos pomares e olivais é seguro que muitas serviram. Mas o genérico, nas compras que não “viraram” Quintas, tudo transformado em novas fontes de rendas. Era então estratégico e útil fazê-lo, como vimos, em Gil Vicente!

A sofreguidão do dinheiro atinge todos, ainda que a nobreza tradicional tente desdenhar da sua importância. Todos perguntam quanto se arrecada, ou quanto se rapina (não quanto se trabalha). Surgem os rafeiros da pecúnia! A alcunha dos “cheira dinheiros” é esclarecedora<sup>186</sup>.

Quanto trazeis?  
*A não vem carregada?*  
.../...  
*porém vindes vos rico?*  
- *Se não fora o capitão,*  
*eu trouxera, a meu quinhão*

---

<sup>184</sup> *Cançãoiro*. II, 301.

<sup>185</sup> Freire de Oliveira, *Elementos*. I, 531.

<sup>186</sup> Vide Barros e Correa. Passim.

*hum milhão, vos certifico!*<sup>187</sup>

A melhor contada destas “epopeias” ficou-nos na “Peregrinação” de Mendes Pinto. A maior denúncia n’*O Soldado* (muito) *Prático* (nestas artes) / de Diogo Couto, se bem que D. João de Castro não tivesse deixado um menor libelo denunciatório nos seus escritos.

Todos se metem aos tratos ultramarinos ou internos. Um observador estrangeiro - Sebastião Munster - anotou o estranho fenómeno de toda uma nação se ter volvido em tratantes e feitores. Toda a terra se “inclinou” aos portos e à sua azáfama, todos se metem às fainas do mar, a pilotos e grumetes, abandonando os ofícios mecânicos e a agricultura. Diz Miranda: uma autêntica febre, uma verdadeira e “clara peçonha” que, de Norte a Sul do País “nos entrou por estes portos / sem que remédio se lhe ponha”<sup>188</sup>. Retrataria a situação com um belíssima imagem

*Agora, constantemente  
vemos barcos ir à vela  
Uns que vão outros que vêm  
E neles)  
Os marinheiros vadios  
Que vilmente a vida apreçam  
Polas cordas dos navios  
Volteam como bugios  
Inda que vos al pareçam*<sup>189</sup>

Na verdade, mudanças profundas. Nos tempos anteriores,

*Os portugueses sohyam  
Ser nas armas muy destrados*

<sup>187</sup> Gil. V, 115/116. O Cheira dinheiro, referido por Barros e Gaspar Correia era exímio rapinador: andou roubando nas ilhas tudo quanto quis (Lendas. II, 568). E noutra parte: nesta armada (1520) vinham muitos homens com todo o tipo de alvitres para roubar e “metem na cabeça a Elrei que he para seu proveito”! Idem, 609).

<sup>188</sup> Miranda. II, 82.

<sup>189</sup> Miranda. II, 97.

*Nom lhes lembrava tractar  
Nem muytro negociar  
.../...  
depois, (agora)  
foram tam ricos tam atilados  
em gastar desordenados  
em tantos trajos mudados  
tanto mudar de viver  
tanto tractar e revolver  
tanto ser negociados<sup>190</sup>*

É que

*tractar em mercadoria  
(que) dantes se non costumou  
e por baixa se avia  
em alteza se tornou  
(ainda que) a muitos custou  
as fazendas e as vidas  
(e, mas)  
com muytas naos la perdidas  
muyta honra se ganhou<sup>191</sup>*

*“Almas, honrras, corpos, vidas  
tudo trocam por fazendas”<sup>192</sup>*

Uma impressionante e significativa imagem e testemunho da troca da segurança da terra, pela incerta, ondulante e arriscada mastreação dos navios onde, por 1530-1540, se registavam já muitos rombos com perdas bem grandes.

E Miranda, mais uma vez e no seguimento da belíssima imagem anterior, viu já espalhadas por esse pego, nesse “gurgite vasto” por entre cabeças e braços em desespero, muitos destroços, boiando

*“perdido tudo no mar*

---

<sup>190</sup> Resende, 369.

<sup>191</sup> Resende, 354.

*saindo o gram Zeno a nado  
vendo a fazenda ondejar...*<sup>193</sup>

Da janela do Paço, também muitas outras viu Resende:

*Ah! Como “vi grandes perdas no mar”<sup>194</sup>  
tantas cousas  
no mar subvertidas  
a frota toda desfeita  
muitas companhas perdidas<sup>195</sup>*

Causas? Muitas: O fundamento de todas: “esse ladrão do dinheiro” (que arrebanhava todos, a impreparados e a temerários:

*Este ladrão do dinheiro  
faz estes maos terremotos;  
que eu sei mais que dez pilotos  
e sempre sou marinheiro<sup>196</sup>.*

Na verdade, estas navegações exigem mais que temeridade e a aventura

*“Sois piloto d’ Alcouchete  
pera o rio das inguias...  
Mas navegar nestas vias  
(re) quer olho e capacete”<sup>197</sup>*

Males diagnosticados, algumas soluções apontadas<sup>198</sup> mas ninguém entendia os avisos como a si dirigidos.

*Pelos santos evangelhos,  
piloto, esmoreceis  
E mais mui pouco sabeis  
Reger vossos aparelhos<sup>199</sup>.*

<sup>192</sup> Idem. I, 57.

<sup>193</sup> Miranda. II, 51.

<sup>194</sup> Miscelânea, 367.

<sup>195</sup> *Cancioneiro*. II, 45.

<sup>196</sup> Gil. IV, 296.

<sup>197</sup> Gil. IV, 294.

<sup>198</sup> Vide, por exemplo, Diogo de Couto e D. João de Castro.

<sup>199</sup> Gil. IV, 303.

E as culpas repartem-se pelos directos agentes e pelos mais altos responsáveis: Parece impossível mas

*é esta hũa manifesta errada  
que mil erros traz consigo  
officio de tanto perigo  
dar-se a quem não sabe nada<sup>200</sup>.  
Por isso as perdas se acumulavam.*

Entra-se na fase do trato indiscriminado do dinheiro (muito falso que vem de África) transaccionando todo o tipo e papéis letras, tenças, padrões de juro chegando aos próprios ofícios. Lamento e estupefacção do Conde da Castanheira: “Já não bastava se começarem a vender juros! Vendem-se também agora “jurdições”! (e também benefícios)<sup>201</sup>. Recorrendo ao crédito, às compras sem dinheiro (por empréstimo, por hipoteca) a que se metem os mais necessitados ou precisados (para manter luxos e aparatos) desde a Coroa aos particulares. Não admira, por isso, que estas práticas apareçam referidas em Gil Vicente e outros. Os bancos espalham a primeira onda de pavor na cena da finança da Coroa e dos particulares. Realidade que, pela primeira vez, surge dentro do quadro económico e social da Nação:

*Que por non ser emçetado  
anverca (na praça financeira de Anvers)  
se algũa cousa merca  
he d'emprestado<sup>202</sup>.*

O crédito metia medo, das praças financeiras do exterior aos balcões da metrópole.

*Se é certo que  
Nam á aqui bancos de Frandres  
Pera tanto arrecear<sup>203</sup>*

---

<sup>200</sup> Gil. IV, 295.

<sup>201</sup> Fr. Luís de Sousa, *Anais*. II, 315.

<sup>202</sup> *Cancioneiro*. I, 367.

- os bancos das praças financeiras, onde o vassalo observava os esbracejos de Sua Alteza, tentando (em vão) safar-se do afogamento - havia, porém, um pulguedo de detestados onzeneiros e “banqueiros” de rua (geralmente judeus) “afligindo” as cidades, as vilas e também os campos. Emprstavam e cobravam sempre pela medida de Barcelos. Por todo o lado, “mil cambos e recambos”, como testemunhou Miranda e, como sentiu Camões, esses safados sempre levavam a mais uns patacos na “troca”!

E eram muitos. Medram substancialmente, ora agarrados às tetas da Coroa e de Sua Alteza, ora às dos municípios, ora aos dedos dos particulares, ora às fraldas, às últimas *esperanças* (as novidades) dos camponeses ou foreiros. As dificuldades dos tempos (mais uma vez remetemos a referência principalmente para a década de trinta / quarenta) levaram à venda antecipada das suas colheitas, metidos em endividamentos recorrentes. (Isto já estava acontecendo por 1525/30<sup>204</sup>). No *Cancioneiro*, em Mestre Gil, em Resende, em Miranda, até em Camões, Ferreira, Chiado e Bernardes, uma corja “fedorenta”: o tratante, o mercador e o banqueiro, o onzeneiro, o rendeiro (e) - o judeu:

*Uzeiros e vezeyros  
de falsas mercadoryas  
Muyto fedem  
as onzenas d'onzeneyros  
Uzuras e simonyas  
nos desmedem<sup>205</sup>.*

Que dificilmente largam a teta ou a presa quando a alcançam

*Seu pai arrendou huas alçarias  
junto do termo de Villa Real  
com tal condição, que durasse o foral*

<sup>203</sup> *Cancioneiro*. II, 264.

<sup>204</sup> Vide Miranda e *Miscelânea*, 366.

<sup>205</sup> *Cancioneiro*. I, 88.

*até que viesse o Messias!...*<sup>206</sup>

São eles que, por todo o lado, andam nas rendas, (desde as da Coroa às dos municípios e dos senhorios)<sup>207</sup>:

*na sisa do trigo, na dos panos,  
dos azeites e no haver do peso.*<sup>208</sup>  
(Nada onde o dinheiro corra  
lhes é vedado ou defeso)!

Arrendam tudo, (esbulhando de todo o jeito):

*nam vos espante trovar  
amigo raby perfeyto  
levay a todo rasguar  
quanto poderdes cobrar  
com direyto ou sem direyto*<sup>209</sup>

compram tudo, até ficarem bem gordos e “engraixados”:

*Quem tiver algum padrão  
trabalhe por ter maneira  
que se goarde d’ yr à mão  
daqueste novo cristão  
(per nome  
Jorge d’ Oliveira)*<sup>210</sup>

Mas não era só o Oliveira: os oito *mores* (mais ricos) burgueses do Reino eram... todos judeus!

Assim,

*O Samuel e o Salomam*

---

<sup>206</sup> Gil. II, 228.

<sup>207</sup> *Cancioneiro*. II, 172.

<sup>208</sup> Gil. II, 220-222.

<sup>209</sup> *Cancioneiro*. III, 75.

<sup>210</sup> *Cancioneiro*. II, 172. Rico ou muito rico Cristão Novo que em 1519 trazia consigo toda a renda da Chancelaria da Corte e a quem o monarca impõe que dela ceda 30 cruzados por ano para barretes, tecidos “chapeis” fitas, calçado e outras miudezas ao Cardeal e aos infantes D. Henrique e D. Duarte seus filhos. (Cardeal Saraiva, *Obras Completas*. Vol. IV, 319. Sumário das Chancelarias. Alvará de 12 de Maio. 1519.

*o Abravanel e o Palaçano  
 “que muyto cuydam todo anno.  
 Mas cuydam em dar seu pano  
 mays do que vaal a la fee;  
 Cuydam no arrendamento  
 Quando cuydam d’emcampar.  
 E cuydam qu’ee perdimento  
 Quando cuydam que por cento  
 Trinta he pouco ganhar<sup>211</sup>*

Também com Ribeiro Chiado: para os meados do Século, a grande realidade aqui tendes:

*Quais Meneses, quais Castros?  
 São passados esses tempos!  
 Os que agora se passeiam  
 São os et cetera Mendes!...<sup>212</sup>*

Dificuldades acrescidas em tempos de crise para os que produzem, que judeus de Sinagoga ou alguns cristãos de Missa, por igual, esfolam:

*Muitas uzuras e crueldades  
 E tambem ora  
 Vemos comprar novidades  
 E revendellas cristãos<sup>213</sup>*

Impante, passeia-se na praça, a figura do Rendeiro:

*Tu que tens bojo tamanho  
 que me não quero espantar  
 de tudo queres levar  
 para encher esse tanho<sup>214</sup>*

São, por isso, mal vistos por todos

---

<sup>211</sup> Cancioneiro. I, 29.

<sup>212</sup> Ribeiro Chiado, *Auto da Natural Invenção*. Ed. Conde de Sabugosa, Lisboa. 1917, 91.

<sup>213</sup> Miscelânea, 366.

<sup>214</sup> *Cancioneiro*. II, 175.

*Tudo raposas e lobos!  
Eu te dou a minha fe  
que he a mais falsa rale  
que há hy nos gados todos<sup>215</sup>*

Há muita riqueza, cada vez mais concentrada, outra inconsistente, que passa pelas mãos do Monarca e pelos balcões da Coroa (como dos particulares) que gastam indiscriminadamente nos luxos e na ostentação que vem dos fornecedores estrangeiros (até camisas se mandam fazer de encomenda na Flandres (Vide Cartas de Quitação. Passim). “Nenhum desse (tanto) dinheiro que vem da Índia se logra. Muito poucos morgados e casas feitas dele achareis pelo reino” - disse Diogo do Couto<sup>216</sup>. Em todo o tipo de excessos (que não em inversões e investimentos produtivos) se gastam essas imensas fortunas. Está tudo bem manifesto e patente desde os anos trinta / quarenta.

*Estrangeyros partizando  
Levam desta nossa terra  
Ouro, prata  
Nossas bolsas aliviando  
Com a paz nos fazem guerra  
... / ...  
todolos outros estantes  
nos depenam:  
levam ouro trazem pao  
nossos tratos mercadantes  
desordenam  
por framengos, genoeses  
frentins e castelhanos  
mal nos vindo  
dão nos trinta avanos  
(e) vão-se rindo<sup>217</sup>*

---

<sup>215</sup> Gil. II, 235-236.

<sup>216</sup> Diogo do Couto, *Soldado*. 240-242.

<sup>217</sup> Cancioneiro. I, 39.

Pelos fins da década de trinta, do ponto de vista social e económico - tal como o título da última peça conhecida que nos deixou Mestre Gil - uma verdadeira *Floresta de Enganos*. Fr. Luís de Sousa assinalou também a circunstância como um *herpes* que, desde aqui, rapidamente está tomando o corpo de toda a nação<sup>218</sup>.

O Monarca e a Coroa, face à importância dos tratos ultramarinos, prescindiu (ou melhor dispensou) os rendimentos deste país interior - este país das Sisas. Mas a ele recorreria nos maiores apertos. A sisa como fonte de receita e suporte das finanças régias ficaria praticamente imobilizada. Isto é: na Contadoria Régia “conta-se” agora quase em exclusivo com as fontes de receita do comércio ultramarino (receitas alfandegárias) e conta-se cada vez mais (ante as suas perdas ou insuficiências) com os empréstimos internos ou externos (até à rotura).

Este facto favoreceu este país das sisas e muitos beneficiaram com tal atitude: fugas, fraudes ou simples passagens ao lado, embolsando o cruzado e o vintém:

*Por tratos que ando fazendo  
E de tudo quanto vendo  
Não pago sisa a ninguém*<sup>219</sup>

e segundo Mestre Gil, os rendeiros- sempre mal vistos e odiados viram-se muitas vezes despachados a... - digo, de mãos a abanar!...

Lá vai contente o almocreve,  
mai-lo compadre moleiro:  
“Arre, mulo namorado  
que custaste no mercado  
sete mil e novecentos  
e um traque p’rô siseiro”<sup>220</sup>

<sup>218</sup> Fr. Luís, *Anais*. II, 315.

<sup>219</sup> Gil. I, 207, ano de 1527.

<sup>220</sup> Gil. V, 350.

Ora, é a este país das sisas da produção agrícola e mesteiral que el Rei vai pedir mais dinheiros. (Com um impressionante contraste, já em 1519, entre o Portugal atlântico (a Norte do Tejo) e o Sul mediterrânico, (a produção interna, do mesteiral ao agrícola e ao do pequeno e médio comércio, concentra-se esmagadoramente no Portugal atlântico em valores (arredondados) que andam nos 70% contra os restantes 30% a Sul<sup>221</sup>).

Eis realidades que é necessário conhecer e atender. Em situações de aflição, várias vezes teve que “olhar” o Monarca para esse país das sisas- o que não deixa de ser estranho. O rei mercador, o Rei do Ouro e da Pimenta por três vezes - sempre que reuniu Cortes - teve que estender a mão a esse (esquecido) país das sisas. Em 1525, em Torres Novas, esmolando 150.000 cruzados; em 1535, nas de Évora, mais 100.000; e, finalmente, a esmola mais pesada nas de Almeirim, de 1544, e mesmo em cima dos tempos difíceis por que estão passando todos: mais uns 200.000 cruzados!

Parece certo que década de trinta - (1531/32-1535/36, 1538-39) acentua e acelera a degradação deste país das sisas num ciclo de anos difíceis que genericamente se estende de 1531 a 1535/36, ainda que com disparidades regionais a matizar o quadro. As queixas dos Povos são claras. A crise de 1531-32 apresenta-se praticamente generalizada, mas sempre com a tendência para mais gravemente afectar o Sul mediterrânico. Os cereais atingem valores novamente muito excessivos<sup>222</sup>, provocando as fomes seguidas de doenças e peste. Se do ponto de vista da produção a situação não nos parece tão grave como a anterior, a recessão em que se entrara e a agudização dos factores externos e heterogéneos acentuaram globalmente a situação de crise e a recessão do sector dos cereais com a degradação do estalão de vida das gentes do campo. Se a

---

<sup>221</sup> Vide arrecadação dos almoxarifados do Reino em 1519 em Nunes Dias, *Capitalismo*. I, 600.

<sup>222</sup> Acenheiro, 358.

década anterior foi já de perda nos campos, a década de trinta foi a do agravamento do estatuto económico e social das suas gentes, o da fuga da população campesina que o pôde fazer.

Ao ano de esterilidade de 1531, agravado nas partes do Sul e cumulado com as mortandades e destruições provocadas pelo Terramoto, seguiu-se a fome, as doenças e a peste, que se prolongaram pelo ano de 1532. Mestre Gil também registaria estes tempos

*Anno tam chacosos  
de doenças de ma hora  
qu'até Mosse Lendroso  
(que há muito deveria ter ido)  
Não morreo senão agora!*<sup>223</sup>

Voltaria o flagelo das doenças em 1535 (a expectativa de más colheitas de 36 accionou desde logo a dita “liberalidade” importadora do monarca). Esse ano de 1535 fora um ano espantoso de fomes: verão até Dezembro (seguidos de seca e frios até Fevereiro de 36). As chuvas de Abril e o bom tempo posterior fariam suspender as importações. O pão (em excesso) já entrado foi então vendido ao desbarato<sup>224</sup>. Seguir-se ia um ano pletórico em 36 de “cereais e vinhos dobrados” e “*fruitas que desesperavão*”<sup>225</sup>. Eis a conjugação de anos de miséria para a lavoura e gentes dos campos. O lavrador de Shakespeare não teria tido tantos motivos para se ir a enforcar (ante a expectativa de ano de abundantes produções)! Encargos duplos ou triplos gastos nas sementeiras de 35, “*fruitas de desesperar*” (ou de enforcar?) nas colheitas de 36 (ainda por cima com stocks de cereais acumulados em Lisboa - o maior centro consumidor). Bons tempos - ano de fartura - para as cidades e consumidores! Tal como Acenheiro, terão elas esfregado as mãos:

<sup>223</sup> GV. VI, 51.

<sup>224</sup> *Anais*, II, 254.

<sup>225</sup> Acenheiro, 362-363.

Ah! “*Deos seja louvado*”<sup>226</sup>! Raras circunstâncias, como esta, terão contribuído tanto para o abandono das terras e dos campos! Esta fuga agrava-se por todo o lado precisamente com a década de trinta. Os que podem, apressam-se a largar os campos e as casas. Até o lírico Camões o registou.

Toda a gente se apressa  
“*a deixar os seus currais,*  
a largar seus naturais,  
acorrendo às cidades,  
às vilas e aos e labores,  
*a muitas casas de Senhores*  
*onde passam a valer mais*”<sup>227</sup>

De outra forma, Resende sublinha a mesma realidade: fuga dos naturais, chegada de outros:

*veemos no reino meter*  
*tantos captivos crescer*  
*e yrem-se os naturaes*  
*que se assi for serem mais*  
*elles que nos, a meu ver*<sup>228</sup>

A situação não é homogénea, mas com os anos trinta vão acentuar-se as dependências e as fragilidades do tecido produtivo, com particular gravidade nos cereais. (Esta fuga das gentes dos campos teve inevitáveis consequências na produção). E é aqui, em cima deste circunstancialismo que devemos tomar como outro eloquente testemunho a afirmação de Clenardo. E não estendê-la, como passadeira vermelha, a toda a realidade do Século como, sem fundamento algum, se tem feito. Aqui e nesta oportunidade tem razão no que afirma: careza de géneros e preços elevados; abandono das actividades agrícolas, ociosidade (associada ao nítido desprezo

---

<sup>226</sup> Acenheiro, 363.

<sup>227</sup> Camões. III, 131.

<sup>228</sup> Miscelânea, 363.

pelo trabalho braçal e mecânico), que os poetas que vimos acompanhando não se esqueceram também de sublinhar. Veja-se, por exemplo, Bernardes “avendo por desonra a diligência e o trabalho, nobrecendo-se a negligencia a vil preguiça”<sup>229</sup> aliada à pedinchice e à falsa pobreza, contra o que o próprio monarca terá que intervir por esses mesmos anos (1535). Sublinha, porém, uma realidade talvez mais importante que vem em reforço do que aqui também pretendemos sublinhar: a produção tinha descido aos parâmetros mínimos do indispensável, ao nível do auto-abastecimento familiar. Só os que recebiam rendas (sempre difíceis de pagar e satisfazer por parte dos foreiros) conseguiam ter excedentes nos celeiros. Na verdade, Clenardo não quer referir-se a outra coisa quando sublinha a debilidade da produção agrícola que se patenteou a seus olhos “*de uma debilidade extrema*” - sublinhou<sup>230</sup>. Não admira, por isso, que o espectro das carências e fomes pairasse (ou viesse sempre pairando), desde a segunda metade dos anos vinte, no horizonte das gentes.

E é precisamente no ano de 1536 que Mestre Gil faz o diagnóstico nacional, da Coroa, ao da maioria da população: Todos os sinais do moribundo viu então anunciados por todo o lado. “Prognosticava: o fim do mundo está próximo”.

Por isso, os efeitos repercutidos destes anos serão muito negativos e manifestar-se-ão de modo claro e grave durante a década de Quarenta particularmente depois da crise agrícola - novamente muito aguda a de 1544/46, precedida, praticamente de Norte a Sul, pela anterior de 1538-39.

Mestre Gil não assistiu já aos apertos dos anos subseqüentes, mas eles continuariam com a realidade de uma importação de pão crescente, ainda que - deve sublinhar-se - canalizada sempre, como

---

<sup>229</sup> Diogo do Couto. II, 290.

<sup>230</sup> Clenardo, *Cartas*, it.

sistema, sobre Lisboa - a maior cidade peninsular, uma das cidades da Europa em mais alto e acelerado crescimento demográfico.

**A Crise agrícola de 1544/49. A inversão no sector produtivo interno.**

Situação grave, desde 1544, do litoral ao interior. Teve que procurar-se pão por lugares vários: por Andaluzia, Inglaterra, França, Alemanha e até África<sup>231</sup>.

Interessante de referir é que, havendo também crise no Norte atlântico, daqui sairia, mais uma vez, pão para ir em socorro do Sul. Nesse mesmo mês de Maio (de 1545), o banqueiro Lucas Giraldo pôde recolher no Porto e sua comarca uns mil alqueires de pão, que foram levados “pera a cidade de Lisboa”<sup>232</sup>.

Em 1546, por entre apertos, continua a verificar-se a saída de pão “que passa pello rio e sae pella barra com queixas à mestura de que os poderosos não cumprem as determinações da Câmara nem cumprem as taxas”. Recolhem o pão destas comarcas, o qual vendem pelos preços que querem (e onde querem). Os apertos, sobretudo no Sul, sobrepueram-se às conveniências da edilidade. Em Fevereiro de 1546, o Monarca ordena que deixem passar o pão para fora e vender na cidade o pão das comarcas e termo a preços mais convenientes (isto é, mais altos). E o cereal apareceu!<sup>233</sup> Os apertos chegaram também a Lamego. A estratégia foi a mesma: para ter pão, teve que o isentar da taxa Municipal<sup>234</sup>, tal como Bragança. (Também por aqui, continuava a fugir pão destas terras<sup>235</sup>).

Os efeitos destas (duas últimas) crises ficariam marcados e parece indubitável que a recessão se instala por sobre a derrapagem

---

<sup>231</sup> Gav. T. Tombo. III, 373.

<sup>232</sup> AHCP, *Livro das Chapas*. I, 36-36v.

<sup>233</sup> Idem, fl. 39.

<sup>234</sup> AN. TT. CC. P. I, Maço 77, Doc. 72.

<sup>235</sup> TT. CC. M.º 78-76.

bem negativa anterior, para mergulhar na crise com efectivas perdas desde aí, antecipando-se o quadro interno à débacle financeira de 1549-52. O Vedor da Fazenda, escrevendo por 1553, testemunha a decadência (principalmente) dos cereais (não obstante os arroteios e conquista de terras, em parte tentando inverter a situação). Até o sector mais próspero - o dos vinhos - experimentava então quebras assinaláveis: Uma crise geral grave, atingindo todos os sectores, de Norte a Sul do País, a que se seguiram pancadas de maleitas e pestes do mundo urbano ao rural praticamente por todo o lado, desertificando ainda mais os campos.

Deve continuar a anotar-se, porém, um país muito desigual, fraccionado, que impõe cuidados a generalizações apressadas. Há frequentemente pão pelo hinterland, enquanto outro se está metendo pelos portos marítimos. Acabamos de ver o que se passa no Portugal atlântico. (Nas terras dos vales do Norte, visitados por João de Barros (1548/49), não se vislumbram grandes dificuldades. Pelo contrário). Em 1543/44, pelas terras do Sudeste alentejano, a avaliar pelo que se passa pelo corredor de Montemor-Évora-Estremoz, há abundância de pão e sempre muito barato<sup>236</sup>. Os tempos difíceis de 1544/46, de norte a sul do país, apresentam-se também com situações diversificadas:

### **O perigo da engenharia linear.**

Não podemos traçar linhas rectas sobre a realidade económica de Quinhentos (e não só).

O testemunho de Clenardo serviu e tem servido de mote à crise e decadência agrícola nacional da Centúria. O testemunho (que, sem dúvida, tem de ser atendido) tem datas precisas e circunstâncias precisas - a Évora dos anos trinta (1532/35). E o

---

<sup>236</sup> *Diário da Jornada da Infanta D. Maria*. "Provas da Historia Genealogica da Casa Real". Livro IV, 141 e segs.

mesmo se deve dizer para o testemunho de Cá Masser (de 1504) esquecendo aqui, entre outras coisas, (das quais - a não menor - o total favorecimento acordado aos cereais estrangeiros à capital, donde nos passa o testemunho) que estamos em presença da maior crise agrícola que o Reino sofreu até à de 1521/22. Por isso, de um e de outro dos testemunhos aqui nos serviremos, reforçando outras referências, mas naturalmente, circunscrevendo-os às circunstâncias imediatas ou ciclos curtos ou médios de que fazem parte (como dos próprios locais de que se dá esse mesmo testemunho). Na verdade, temos um país muito, muito fraccionado e muito agravado pelo minifúndio administrativo.

No que ao sector agrícola concerne, não poderemos ficar por algumas ideias feitas, generalizadas, como se vê recentemente caracterizando o sector e em termos tão genéricos que nada nos dizem. No autor que acaba de esbracejar na praça pública como o melhor conhecedor da realidade económica nacional deste período, deparamos com generalidades desse tipo - “só aparentemente (no sector agrícola) nos poderemos pronunciar por alterações positivas”<sup>237</sup>. Não há nem se vislumbra aí qualquer tipo de movimento no sector agrícola nacional ao longo de todo esse século XVI; não há nem se apercebem movimentos, nem quando nem como, nem onde. Os flashes pontuais, aliás, referidos para épocas e períodos de evolução completamente diferentes e distintos - nada nos dizem e jamais nos darão a conhecer, nem sequer adivinhar, sem esses pontos de referência e a determinação das circunstâncias, a natureza e o sentido do processo evolutivo.

Aqui viremos novamente. Por agora, diga-se, tão só e em síntese, que neste sector primário, para além de uma apreciação global (nunca generalizando referências pontuais de tempos cronológicos diferentes em circunstâncias e ciclos económicos de

---

<sup>237</sup> História de Portugal, III.

sinal contrário) sobre todo o sector, teremos que referenciar os comportamentos, os movimentos (curtos, médios, ou longos); é necessário considerar sub-sectores com comportamentos e evolução nem sempre sincrónicos, às vezes bem diferentes. E, se numa primeira parte do percurso, que genericamente levaremos até ao primeiro quarto do século, se verifica um comportamento paralelo ou simultâneo, (com dinamismos diferentes) sectores há, a partir de então, (particularmente já visível o processo na década de trinta) que entram em abrandamento, queda ou retrocesso, enquanto outros, muito mais activos já desde os inícios do século, têm sorte bem diversa.

### **Sectores dinâmicos. Expansão de culturas.**

E há efectivamente sub-sectores agrícolas que passaram, em muito, os patamares da subsistência - contrariamente ao que lemos no mesmo autor<sup>238</sup> - sectores que alimentaram activos tratos, quer de umas áreas em relação a outras, quer para fora.

Será necessário, de facto, distinguir no panorama agrícola de Quinhentos sectores particularmente beneficiados (por motivos vários que aqui passaremos adiante). Estão neste caso o sectores das bebidas, isto é: os vinhos, as frutas, com o avanço franco dos vinhedos, a que também poderemos juntar o azeite e, no circuito das “grandes” cidades, mas não só, as hortícolas e os gados. Por 1516, no vale do Cavado, estão em expansão as frutas (pomares de plantação e de enxerto, desde a oliveira à cerejeira”, ameixieiras, macieiras, pereiras, e “castinheiros”; da laranjeira até às figueiras outra casta de frutas”. Depois os vinhos, numa extensão inusitada em “vinhas de cava”. Vinhas - aliás, de apreciável grandeza para este meio. No conjunto das Igrejas da Mitra da Comarca eclesiástica de Valença, sobretudo em torno das terras de Monção, impressiona a

---

<sup>238</sup> Romero de Magalhães, 279.

mancha dos vinhedos, de tal modo que muitas igrejas têm as suas imposições quase exclusivamente centradas em vinhos entre 1510-1516<sup>239</sup>. Há ainda sub-sectores importantes (com a consequente activação mesteiral), como é a expansão do têxtil na base da produção linheira e das lãs e dos gados (peles e couros). Os tempos vicentinos viram essa activação - do linho e das lãs, às peles e courama. Tudo produtos de raiz agrícola (sem falar no algodão, que vindo de fora, se está misturando cada vez mais com estas fibras autóctones).

“Sorte” bem diferente nestes sectores durante a primeira e a segunda metade do Século e nem sequer nos tempos de Gil Vicente o processo é homogéneo e linear para todos eles. Mesmo no que respeita à produção cerealífera que, na verdade, constitui um caso ou sector bem diferente. Mas mesmo aqui há que atender à boa sorte de espécies novas, algumas das quais irão mostrar expansão contínua (que não quer dizer linear) durante todo o século de Quinhentos. Outras, entretanto, não verão a mesma sorte, mas é seguro que, no princípio, compuseram e animaram o tecido agrícola de algumas áreas: A par das “feiras novas”, há *terras novas* que foram metidas a cultura. Como pelo Entre Douro e Minho (vide supra). Estão se conquistando terras de cultura. Aqui, desde os inícios do Século que o Monarca permite desflorestação dos terrenos pelo recurso a queimadas, com o objectivo de alargar as terras de cultivo<sup>240</sup> por Ribatejo, por Coruche e Almeirim. Pôde Gil Vicente assistir a esse fenómeno

*que boas terras,  
que vales pera açfrão*

---

<sup>239</sup> A. Oliveira, Estrutura agro-fundiária do Entre Douro e Minho na véspera da invasão do milho. Em preparação.

<sup>240</sup> Carla Susana Barros, *A Administração Municipal e as Vereações do Porto 1500-1504*: Dis. de Mestrado à Faculdade de Letras do Porto. Porto. 1997, Doc. p. 192.

*e canas açucaradas*<sup>241</sup>  
(a par das frutas)  
*a par do fresco melão*<sup>242</sup>

O chamado milho ou milho grosso, é uma realidade muito mais precoce do que o que se tem pensado e dito para este século XVI. Presente desde antes, tende a generalizar-se com a crise de 21/22. O caso ainda mais aparatoso dos vinhos. Uma expansão que é dada como novidade apenas para os finais do Século XVI “o investimento em vinhas começa a ser uma atracção por fins do século XVI”<sup>243</sup> (aliás, num período de dificuldades e recessão, não obstante os volumes disponibilizados para exportação - que são coisas bem diferentes) tem que ser remetida indubitavelmente para a primeira metade do século XVI, como até com o azeite, além do têxtil linheiro (muito já de mistura com o algodão) ou até das lãs. Uns e outros bem presentes nos textos vicentinos. Na vinha, documenta ele largas plantações. No Sul, com recurso a mão de obra escrava. Extensão tão notável que, por meados do Século, entendem os responsáveis pôr-lhe, até, algum limite.

Foi um dos factores mais notáveis de dinamização da expansão geral agrícola do primeiro quarto ou trinténio do Século e será um dos produtos que, desde então, se afastará decididamente da rota dos cereais. Constituirá, aliás, o melhor refúgio dos agricultores (dos que puderam) para as quebras do sector cerealífero<sup>244</sup>.

Quanto à oliveira e ao azeite, anote-se, por agora, tão só, que o que Mestre Gil leva às grandes feiras de Trancoso, em 1526/27, é

---

<sup>241</sup> Gil. V, 276. Fica-nos a dúvida se a cana senão espalhou por outras terras, incluindo no Norte. Na verdade no Tombo terras da Igreja (assento) da Igreja de Ferreira (Coura, Comarca de Valença) de 1516 surpreendemos ali uma “herdade de doçar” (Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral. Liv. 5, fl. 281).

<sup>242</sup> Gil. I, 177.

<sup>243</sup> *História*, III. 264.

<sup>244</sup> A. Oliveira, Mestre Gil, Resende e Miranda com os vinhos em bolanda.

da produção local e das Beiras, onde está em franca expansão<sup>245</sup>. A exportação de azeite que sai das terras de Lamego por 1530/32, é considerável (sofre exportação para diferentes lados: em direcção ao Porto, terras de Entre Douro e Minho, Beiras, Trás os Montes e até para Galiza). Por essa altura, estavam já por ali em laboração uns 42 lagares<sup>246</sup>. Por Coimbra, era também excedentária a produção e sofria igualmente exportação<sup>247</sup>. Pressupõem-se plantações em tempos bem anteriores. Não há dúvidas de que valdeou o rio Douro (e bem antes), ocupando as terras congéneres da outra margem e estendendo-se depois, pontualmente, a algumas localidades do Minho.

Em 1532, uma disposição régia mandava povoar as terras de Miranda com a oleaginosa (“com rigorosas penas a quem o não praticasse”)<sup>248</sup>. Na verdade, num corredor e faixa de terras que se estenderá de Torre de Moncorvo a Miranda e muito seguramente, nesta mesma altura, expandindo-se pelo vale do Tua.

E, por estas terras, bem antes. Na verdade, em Santa Olaia da Cumieira, em 1499, além de se registarem por aqui as oliveiras, refere-se já um “moinho velho de azeite” e, na Quinta de Lamas, pertencente à mesma Igreja, a referência a dois olivais ali implantados. À data, um daria uns 20 alqueires de azeite, outro que “dara dez alqueires de azeitona cada anno sendo anno de azeite”<sup>249</sup>. Passou o Douro e, bem lá mais acima, também o Cávado, praticamente desde os inícios de Quinhentos! Antes de 1516, já está em terras de além do Cávado, onde se registam implantados olivais a produzir e se encontram mais chãos em plantação. Apenas dois exemplos: em S. Paio de Crespos (arredores de Braga), em 1510<sup>250</sup>;

---

<sup>245</sup> Gil. VI, 2; I, 149.

<sup>246</sup> Rui Fernandes, 554-55.

<sup>247</sup> Vide António de Oliveira. II, 326.

<sup>248</sup> Abade de Baçal, *Memórias Arqueológicas*. Bragança. 2000, IV, 123.

<sup>249</sup> Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral. Liv. 5, fl. 40v.. Idem, 42.

<sup>250</sup> Idem, Liv. 5, fl. 45v.

em Cervães (além Cávado), em 1516, outro olival a e ainda plantas de zambujo para novos enxertos<sup>251</sup>. No Foral manuelino das Terras de Penafiel se registam imposições sobre os “moinhos de azeite da terra”<sup>252</sup>. Fruto dessas medidas régias e do interesse de alguns particulares, muitas plantas e azeite encontrou já João de Barros na digressão feita por esta banda do rio por 1548/49, a começar com o olival, ali fora de portas da cidade do Porto, desde finais do Século XV, nos olivais e no azeite. Iam-se buscar os cavalos ao Sul<sup>253</sup>. Depois outras: Santa Marta de Penaguião, margens do Tua - Mirandela (“onde agora há muito azeite”). No Coração do Minho, o senhor das terras de entre Homem e Cávado - Manuel Machado - aqui difunde a oliveira, ao mesmo passo que alguns mosteiros da região o fazem (ou já o faziam) também. Nos bentos de Bustelo, “que não há outro igual”, em Arnóia, Tibães, Rendufe, Santa Maria de Bouro - este dos bernardos<sup>254</sup>.

Em cima do começo dos anos trinta, quando se anotam as *novidades da terra*, (estarão já algumas e por alguns lados em recessão, agudizando-se a situação interna), há géneros que estão saindo para o estrangeiro. Muitos? Pelo menos alguns e o suficiente para causar preocupação. Assim

se a leitura algo vale:  
*Pam, carnes, fructas e vinhos*  
*e os pescados marinhos*  
*azeites e todo o al*  
*se nos vay de Portugal*  
*e non sei per que caminhos*<sup>255</sup>.

<sup>251</sup> Idem, fl. 2v.

<sup>252</sup> António Cruz, *Forais Manuelinos da Cidade e Termo do Porto*. Porto. 1940, 193.

<sup>253</sup> Um João do Porto era proprietário de um olival, lá nas redondezas de Santarém já em 1472. Viterbo, *Trabalhos*. II, 128.

<sup>254</sup> João de Barros, *Geografia d'entre Douro e Minho e Tras os Montes*. Ed. João Grave, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto. 1919, Passim.

<sup>255</sup> Resende, *Miscelânea*. 367.

Por seu turno, a outra importante componente da economia destes tempos - o substrato demográfico - está em crescimento global claro durante toda esta primeira metade do Século, particularmente notório para os centros urbanos. Das cidades provincianas mais intimamente ligadas ao tecido rural, refira-se o testemunho do Porto, que por 1512, se diz ser *cidade grande* e ir em muito crescimento<sup>256</sup>. Maior ainda por 1559<sup>257</sup>. Realidade extensiva aos campos, ainda que por aqui seguramente esmorecido desde estes anos difíceis que vimos referindo. Em 1521, dizia Mestre Gil: *está agora o Reino povoado (vide supra)*. Ora, isto só pode pressupor recursos acrescidos na produção, muito em particular no sector agrícola em geral. A frase vicentina pode e deve documentar uma realidade e um estágio, deste ponto de vista, assaz saudável desde a capital (naturalmente) ao conjunto da Província que ele bem conhecida desde as Beiras ao Entre Douro e Minho.

Tudo isto, e aqui em mui breve síntese, compõe um tempo vicentino consideravelmente diferente do que por vezes tão simplificarmente se escreve e divulga<sup>258</sup>.

### Conclusão:

Como dos tempos posteriores, em parte, já tratamos<sup>259</sup> e porque Mestre Gil nos é finado em trinta e sete, por aqui nos quedamos com “os trabalhos e os dias” do grande dramaturgo.

Entretanto, e tão só para fecho desta tão breve síntese, socorrer-nos-emos, para conclusão, de outro selecto observador que

---

<sup>256</sup> Cristina Ferreira, cit., 235-236.

<sup>257</sup> Cf. Maria Lúcia, *O Porto segundo a Vereação de 1559: Tese de Mestrado*, Fac. de Letras, Porto. 2002, Doc. p. 176.

<sup>258</sup> Aqui voltaremos em breve, que o espaço de que aqui dispomos o não consente. Entretanto, para os vinhos, vide *Capítulos para a História do Douro; Mestre Gil, Resende e Miranda com os vinhos em bolanda*. Porto. 2001.

pôde presenciar e viver (e também sofrer) os tempos que aquele, como Resende, já não viram, e que bem pode servir de legenda ao fecho, ao desmontar e ao recolher da “tenda” de El Rei de Portugal em Antuérpia - em 1549 - traduzindo ou rematando, entretanto, o estertor financeiro:

Passem minhas urdiduras:

*“Já não quero mais frandres!  
porque destas mordeduras  
e com estas coçaduras  
se fazem as chagas grandes”<sup>260</sup>.*

---

<sup>259</sup> Braga e o Arcebispado no Tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Porto. 1997.

<sup>260</sup> Camões. *Obras Completas*. III, 11. Os encargos dos juros com as dívidas nesta altura por as (tão grandes) despesas se fazerem com o dinheiro a cambio, são despesas nos interesses que se pagaram dos ditos dinheiros mais de dois milhões e duzentos mil cruzados (Relações de Pero de Alcáçovas Carneiro (1515-1568). Ed. E de Campos de Andrada, Lisboa. 1937, 330). Isto é, o monarca enterrava na Flandres, só nos encargos com os juros, em 1542-44, o equivalente a toda a receita ordinária do Estado (Godinho, *Ensaio*. II, 51).